

LAVA JATO

CNJ afasta juíza Gabriela Hardt e desembargadores do TRF-4

A decisão é do corregedor-nacional de Justiça, Luís Felipe Salomão

A ex-titular da 13ª vara de Curitiba Gabriela Hardt, da Lava Jato, e três desembargadores que atuam no Tribunal Regional Federal da quarta região, o TRF-4, com sede em Porto Alegre foram afastados das funções junto ao Sistema Judiciário. Os desembargadores são Thompson Flores, Danilo Pereira Júnior (atual titular da 13ª vara de Curitiba) e Louraci Flores de Lima. Em nota, o TRF4 informou que foi notificado pelo CNJ e a decisão está sendo cumprida.

A decisão é do corregedor-nacional de Justiça, Luís Felipe Salomão, do Conselho Nacional da Justiça (CNJ). Os envolvidos são investigados por desrespeito à ordem processual, violação do código da magistratura, prevaricação e até burlar decisões do Supremo.

No caso de Gabriela, Salomão apontou a 'existência de indícios de cometimento de graves infrações disciplinares', com suposta violação ao Código de Ética da Magistratura Nacional, bem como dos 'princípios da legalidade, moralidade e republicano'. A avaliação do ministro se refere à conduta e



Gabriela Hardt: ex-titular da 13ª vara

ações da magistratura ante a 'gestão caótica de valores provenientes de acordos de colaboração e de leniência' no bojo da Lava Jato.

A decisão de Salomão foi tomada no âmbito de uma Reclamação que também mira o ex-juiz Sérgio Moro, hoje senador. Segundo o ministro, as condutas atribuídas a Moro serão analisadas diretamente no mérito, uma vez que ele já não exerce mais a magistratura.

Quanto aos integrantes do TRF-4, possuiu o suposto 'descumprimento reiterado de decisões do Supremo Tribunal

Federal', incluindo 'condutas que macularam a imagem do Poder Judiciário, comprometeram a segurança jurídica e a confiança na Justiça, contribuíram para um estado de coisas que atua contra a institucionalidade do país e violaram princípios fundantes da República'.

O afastamento do juiz Danilo Pereira Júnior e dos desembargadores Carlos Eduardo Thompson Flores e Lenz Loraci Flores De Lima se deu no bojo de Reclamação ligada ao procedimento administrativo disciplinar que declarou a suspeição do juiz Eduardo Appio.

Appio atuou na 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba por um breve período e ficou responsável pelas ações remanescentes da Lava Jato, após decisões do Supremo Tribunal Federal darem início à derrubada dos capítulos mais importantes da operação que desmantelou esquema de corrupção e cartel de empreiteiras na Petrobras, entre 2003 e 2014.

As decisões de Appio foram pivô de recentes imbróglios na Justiça Federal do Paraná.



MARTHA FELDENS

Martha Feldens, jornalista |
feldensmartha@gmail.com

Bruce Dickinson, do Iron Maiden, cidadão de Curitiba

A Câmara de Curitiba vota hoje, em primeiro turno, um projeto de decreto legislativo concedendo título de cidadão honorário a Bruce Dickinson, o vocalista da banda inglesa de heavy metal Iron Maiden. Dickinson vem fazer show solo em Curitiba no próximo dia 24 e já pode chegar na cidade com o título aprovado. Segundo notícia publicada no site da Câmara, a votação em segundo turno será amanhã. A proposta para tornar Bruce Dickinson cidadão de Curitiba é dos vereadores Éder Borges (PL) e Nori Seto (PP). O vínculo entre o Dickinson e Curitiba, segundo os autores da proposta, deve-se à cerveja artesanal.

O entrosamento do PSDB com o Cidadania

As direções estaduais do PSDB e do Cidadania estiveram reunidas ontem em Curitiba para decidir o que fazer daqui para a frente em relação às eleições municipais deste ano. Os dois partidos estiveram representados por seus presidentes, Rubens Bueno (Cidadania) e Beto Richa (PSDB), que também é presidente da Federação PSDB-Cidadania no Paraná. Uma das coisas que a federação já definiu é realização de um curso de formação política para todos os pré-candidatos (prefeito, vice-prefeito e vereador). O curso será ministrado por especialistas nas áreas de marketing, legislação e contabilidade eleitoral, e já vem sendo utilizado pelo Cidadania, em parceria com a Escola de Formação Política Dr. Luiz Felipe Haj Mussi.

Assembleia tem nova audiência pública sobre pedágio

O pedágio segue rendendo na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). Com o tema "Direito à Mobilidade: Pedágio no Município da Lapa", será realizada uma audiência pública hoje, às 9h no Auditório Legislativo da Alep. É uma iniciativa dos deputados Arilson Chiorato (PT) e Goura (PDT), e, segundo eles, atende uma solicitação antiga dos moradores da Lapa. Várias localidades do município não conseguem acessar serviços básicos sem pagar pedágio.



Clique no QR Code e veja mais em
<https://www.bem-parana.com.br/blogs-e-colunas/blogs/martha-feldens/>

RÁPIDA

Para Dallagnol, decisão foi 'constrangedora'

O ex-procurador Deltan Dallagnol emitiu uma nota oficial comentando a decisão do corregedor-nacional de Justiça, Luís Salomão, do CNJ, de afastar a juíza Gabriela Hardt, que era substituta de Moro na 13ª Vara Federal de Curitiba e deu sentenças durante a operação.

Dallagnol disse que a decisão do juiz de "afastar cautelarmente a juíza Gabriela Hardt, que condenou Lula a mais de 12 anos de prisão pelo caso do sítio de Atibaia, é absolutamente constrangedora". Segundo ele, o recado passado com a decisão é: "Juizes, procuradores e policiais, baixem a cabeça para os poderosos".

LEILÃO DE 22 IMÓVEIS
Online

Data do Leilão: 19/04/2024 a partir das 13h00

GOIÁS • MINAS GERAIS • MATO GROSSO • MATO GROSSO DO SUL
PERNAMBUCO • PARANÁ • RIO DE JANEIRO • SANTA CATARINA • SÃO PAULO

À VISTA 10% DE DESCONTO
APARTAMENTOS • CASAS • COMERCIAL • TERRENOS

LOTE 12 - CURITIBA/PR - CAMPO DE SANTANA
Rua Francisca Veiga do Amaral, nº 76. Casa nº 01, Condomínio Residencial Francisca Veiga do Amaral.
Áreas totais: ter: 73,35m² e constr.: 35,62m². Matr. 221.659 do 8º RI local.
Lance Mínimo: R\$ 60.000,00 | Mínimo à Vista: R\$ 54.000,00

Comissão do leiloeiro: o arrematante pagará ao leiloeiro 5% sobre o valor da arrematação. O edital completo (descrição dos imóveis, condições de venda e pagamento) encontra-se aguardando registro no 6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo sob talão nº 22.296.437 e no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco prenotação nº 180.014. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | <https://VITRINEBRADESCO.com.br/> | PORTALZUK.com.br

bradesco

zuk

www.bemparana.com.br

Editora Jornal do Estado Ltda | CNPJ 76.637.305/0001-70

Fundador **ROBERTO BARROZO FILHO (1922-1999)**

RODRIGO BARROZO
Diretor

RONEY RODRIGUES PEREIRA
Superintendente

JOSIANNE RITZ
Chefe de Redação

LYCIO VELLOZO RIBAS
Secretário de Redação

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E COMERCIAL
Avenida Cândido de Abreu, 707
Centro Cívico
CEP 80.530-120
Curitiba - PR
Fone (41) 3350-6600
www.bemparana.com.br
contato@bemparana.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
41 33506600

FALE CONOSCO
Chefe de redação: (3350-6651) Josianne Ritz
Política (3350-6674)
politica@bemparana.com.br
Geral (3350-6668)
cidades@bemparana.com.br
Economia (3350-6668)
economia@bemparana.com.br
Diversão e Arte (3350-6651)
cultura@bemparana.com.br
Esportes (3350-6677)
esportes@bemparana.com.br
Fotografia (3350-6679)
fotografia@bemparana.com.br

REPRESENTANTE
PARANÁ/PR - RDP - Redes Diários do Paraná S/A
Rua Marechal Hermes, 990, Juvevê, Curitiba, CEP 80.530-230, fone (41) 3019-3500
BRASILIA - REDEPAR/IBIS&ZMC Comunicações
SCLN 311 - Bloco D - Sala 111 - ASA NORTE - BRASILIA - DF
(61) 3349-5061/9986-2467 - CEP 70.757-540
PORTO ALEGRE - REDEPAR/JC COMUNICAÇÕES
Av. Venâncio Alves, 1191 - Cj. 82 - Bonfim - PORTO ALEGRE - RS
(51) 3332-3994/8445-8566 - CEP 90 040 - 193
SÃO PAULO / RIO DE JANEIRO / FLORIANÓPOLIS - REDEPAR/Paraná
Rua Marechal Hermes, 990 - CURITIBA/Pr - CEP 80.530-230
(41)3019-3500 / 9972-3735 - florenzano@redepar.com.br



LEILÃO ONLINE | IMÓVEL EM CAMPO MAGRO/PR
Participe em pestanaleiloes.com.br



Liliamar Pestana Gomes, Leiloeira Oficial, JUCEPAR sob nº 20/320-L, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Credor(a) Fiduciário(a) – BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE, empresa pública, inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.816.560/0001-37, promoverá, na forma da Lei 9.514/97, nas datas de **26/04/24 (1º leilão) e 29/04/24 (2º leilão)**, ambas às 9h, o leilão do seguinte imóvel: **Lote 1 - Campo Magro/PR**. Localidade de Barreiro. Rod. Gumercindo Boza, 19.479 (Lt. 05/06). Prédio comercial. Áreas totais: constr. 1.164,19m² e terr. 4.297,00m². Mat. 13.806 do RI de Almirante Tamandaré/PR. Obs.: Imóvel localizado na Rodovia PR-090. Conforme assentamentos Av.1 e Av.2 da precitada matrícula, sobre o imóvel consta faixa não edificável e área atingida pela ampliação da Rua Siney Manfron, respectivamente. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência do bairro de localização do imóvel (in loco: Sede), bem como da correta grafia do logradouro frontal, correrão por conta do(a) comprador(a). Caberá ao(a) comprador(a), ainda, verificar junto aos órgãos competentes possíveis restrições convencionais urbanísticas, Área de Preservação Permanente-APP e/ou Reserva Legal. O(A) vendedor(a) não responde por eventual contaminação do solo ou subsolo ou passivos de caráter ambiental. Ocupado. (AF). **Lance mínimo: 1º Leilão R\$ 3.487.525,39. 2º Leilão R\$ 3.954.555,38** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **COND. DE PGTO.:** à vista, mais comissão de 5% à Leiloeira. **DA PARTICIPAÇÃO ON-LINE:** mediante cadastro prévio no site da Leiloeira. **OBS.:** O Fiduciante possui direito de preferência de compra, nos termos da lei.

Consulte as Condições de Venda e Pagamento do Imóvel em: www.pestanaleiloes.com.br | **51 3535.1000**



LEILÃO ONLINE | TERRENO EM CERRO AZUL/PR
Participe em pestanaleiloes.com.br



Liliamar Pestana Gomes, Leiloeira Oficial, JUCEPAR sob nº 20/320-L, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Credor(a) Fiduciário(a) – BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE, empresa pública, inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.816.560/0001-37, promoverá, na forma da Lei 9.514/97, nas datas de **26/04/24 (1º leilão) e 29/04/24 (2º leilão)**, ambas às 9h15, o leilão do seguinte imóvel: **Lote 1 - Cerro Azul/PR**. Terreno rural denominado Fazenda Laranjal (SNCR1) c/ área superficial de 155,6225ha, situado no lugar denominado Laranjal – São Francisco (Lt. 2). INCRA 950.033.876.771-0 (área maior). Mat. 5.940 do RI local. Obs.: Melhor descrito(a), confrontado(a) e caracterizado(a) em matrícula. Imóvel com acesso por estrada vicinal. Denominação do imóvel pendente de averbação no RI. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes correrão por conta do(a) comprador(a). Caberá ao(a) comprador, ainda, verificar junto aos órgãos competentes Área de Preservação Permanente – APP e/ou Reserva Legal. A responsabilidade de eventual demarcação física do imóvel, georreferenciamento e memorial descritivo, bem como desmembramento de parcelas perante ao INCRA e constituição de servidão de passagem ou passagem forçada, por conta do(a) comprador(a). Ocupado. (AF). **Lance mínimo: 1º Leilão R\$ 1.147.528,00. 2º Leilão R\$ 3.140.089,51** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **COND. DE PGTO.:** à vista, mais comissão de 5% à Leiloeira. **DA PARTICIPAÇÃO ON-LINE:** mediante cadastro prévio no site da Leiloeira. **OBS.:** O Fiduciante possui direito de preferência de compra, nos termos da lei.

Consulte as Condições de Venda e Pagamento do Imóvel em: www.pestanaleiloes.com.br | **51 3535.1000**

Edital do Pregão Eletrônico N° 8.2024

A Prefeitura Municipal de Imbaú torna público que realizará Pregão Eletrônico, com sessão de Disputa de Preços: às **09:30 horas do Dia 29 de abril de 2024** horário de Brasília – DF, com a finalidade de selecionar melhor proposta para **Aquisição de Gêneros Alimentícios**. Outras Informações, bem como cópias do edital completo, poderão ser obtidos junto ao Site www.imbau.pr.gov.br, ícone Licitações e/ ou a pasta Técnica, poderá ser obtidos junta a Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente no endereço da Rua Francisco Siqueira Kortz, 471, São Cristóvão, Imbau / Pr – Fone 42 – 3278 –8125.

Imbaú 15 de abril de 2024.

DAYANE SOVINSKI RODRIGUES
Prefeita Municipal

MONARCA PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF 05.398.928/0001-80 NIRE 41300037989

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. Acionistas da MONARCA PARTICIPAÇÕES S.A. para comparecer na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Curitiba, Paraná, na avenida Sete de Setembro, nº 4.064, loja e sobreloja, Centro, no dia 25 de abril de 2024, às 16:00 horas, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: Em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: (a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2023, as quais foram publicadas em sua íntegra na forma do §5º do art. 133 da Lei 6.404/76; e (b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: (a) Deliberar sobre a reestruturação da 2ª Alteração e Consolidação do Contrato Social da Companhia, datada de 10/11/2003, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 20034177388, em 20/01/2004, para o fim exclusivo de corrigir a descrição do imóvel matriculado sob nº 9.356 junto ao 3º Serviço de Registro de Imóveis de Curitiba, Paraná, e a descrição do imóvel matriculado sob nº 5.268 do 6º Serviço de Registro de Imóveis de Curitiba, Paraná, descritos nos itens "A" e "B", respectivamente, tanto da integralização feita pelo sócio Seme Raad como pela sócia Susana Tféli de Raad, prevista na Cláusula Segunda e, no Contrato Social Consolidado, na Cláusula Quarta, os quais foram integralizados no capital social da Companhia por força daquele ato, haja vista a existência de erros materiais que prejudicam a perfeita identificação dos imóveis e o registro da dita integralização nas aludidas matrículas imobiliárias; e (b) Deliberar a respeito da proposta de alteração de redação do parágrafo primeiro do artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, para a finalidade de afastar a obrigatoriedade de realização e reuniões de diretoria com periodicidade mensal, de forma que tais reuniões seriam realizadas sempre que os interesses sociais o exigirem.

Para participar da Assembleia, os Srs. Acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do Acionista ou de seu representante; e (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do Acionista.

Curitiba, 15 de abril de 2024

Seme Raad
Diretor Geral

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO. PRAZO DE 10 DIAS. Compra e Venda - ABecker Empreendimentos, na forma da lei, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele NOTIFICA RAPHAEL HENRIQUE SOARES TEIXEIRA DE SENA, que se encontra em lugar incerto e/ou não sabido, para comparecer ao seu escritório, situado na Rua Expedicionário Holz, 550, 18º andar, Sala 1802, bairro América, Joinville, Santa Catarina, Edif. Helbor Dual Offices & Corporate, no horário de 13h00 às 17h00, no prazo legal de 10 (dez) dias, para fins de regularização das obrigações contratuais, referente a compra do lote 20, QUADRA N. - LOTEAMENTO CAPRI (SFS). O não comparecimento no prazo estipulado, ensejará a rescisão unilateral do contrato de Compra e Venda firmado, com todo ônus dela decorrente. Curitiba-PR, 16/04/2024.

SOPARELI REFORESTAMENTOS S/A
CNPJ. Nº. 03.063.686/0001-58
NIRE Nº. 41300016941

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se, por economia de custos na sede do escritório Augusto Prolix, sito à Rua Marechal Deodoro, 497, 16º. Andar, em Curitiba, Paraná, às 15:00 (quinze) horas do dia 25 de abril de 2024, para tomarem conhecimento e deliberarem sobre as seguintes matérias: a) Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; b) Destinação do Resultado do Exercício; c) Eleição da nova Diretoria; d) Outros assuntos de interesse social. Outrossim, comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social da empresa, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei 6.404 de 15/12/1976, relativos ao exercício de 2023.

Irati, 15 de abril de 2024.

Cirlei Terezinha Dellani Milla - Diretora



JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO PARANÁ SEÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/24 (90009/2024)

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de móveis e imóvel para a Subseção Judiciária de Guarapuava.
Abertura:29/04/2024, às 14h00. **P.A.:** 0000973-13.2024.4.04.8003
Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.
Informações: Av. Anita Garibaldi, 888, 7.º andar, Curitiba/PR; sites: www.jfpr.jus.br, www.gov.br/compras; telefone: (41) 3210-1454; e-mail: edital@jfpr.jus.br. Atendimento das 13h às 18h.

Marlei Berbert Padilha

Supervisora da Seção de Compras e Licitações

ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A.

CNPJ/ME 81.716.144/0001-40
NIRE 41.3.0007936-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A., sociedade por ações com sede na Rua João Eugênio, nº 922, Centro, Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, CEP 83.203-400, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41.3.0007936-6 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 81.716.144/0001-40 ("Companhia"), vem pelo presente, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") convocar os senhores acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária nos termos do do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações ("Assembleia Geral") a ser realizada, em primeira convocação, às **10:30 horas, no dia 30 de abril de 2024** na sede social da Companhia e/ou ainda de forma virtual, conforme autorizado pelo artigo 124 §2º- A, da Lei das Sociedades por Ações, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia:

- o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023;
- a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos, conforme proposta consignada nas Demonstrações Financeiras da Companhia e conforme deliberação havida na Reunião do Conselho de Administração em 26 de março de 2024;
- a aprovação da proposta do orçamento de capital da Companhia previsto para o exercício de 2024; e
- a fixação da remuneração global e anual dos Administradores da Companhia, nos termos do art. 10, Parágrafo Único alínea (vii) do Estatuto Social.

Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos Acionistas para consulta na sede da Companhia, incluindo, os seguintes: (i) a apresentação da administração sobre os negócios e os principais fatos do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme documentos rubricados e arquivados na sede da Companhia; (ii) a cópia das demonstrações financeiras; e (iii) o parecer dos auditores independentes.

Paranaguá/PR, 12 de abril de 2024.
João Gilberto Cominese Freire
Presidente do Conselho de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO. PRAZO DE 10 DIAS. Compra e Venda - ABecker Empreendimentos, na forma da lei, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele NOTIFICA GILBERTO ASSUNÇÃO, que se encontra em lugar incerto e/ou não sabido, para comparecer ao seu escritório, situado na Rua Expedicionário Holz, 550, 18º andar, Sala 1802, bairro América, Joinville, Santa Catarina, Edif. Helbor Dual Offices & Corporate, no horário de 13h00 às 17h00, no prazo legal de 10 (dez) dias, para fins de regularização das obrigações contratuais, referente a compra do lote 06, QUADRA A, - LOTEAMENTO ESTRELA DO MAR II (SFS). O não comparecimento no prazo estipulado, ensejará a rescisão unilateral do contrato de Compra e Venda firmado, com todo ônus dela decorrente. Cidade, data da publicação. Curitiba-PR, 16/04/2024.

DACALDA - AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA.

CNPJ/ME nº 75.444.430/0001-00 - NIRE 41.200.031.965

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os sócios da Dacalda - Açúcar e Alcool Ltda., com sede na Fazenda Santa Maria, bairro Dourado, CEP 86.400-000, município de Jacarezinho, Estado do Paraná, com seus atos societários devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº 41.200.031.965, em sessão de 22/06/1978 ("Sociedade") a comparecer à Reunião Extraordinária de Sócios a ser realizada no dia 23 de abril de 2024, às 15 horas, na sede social ("Reunião de Sócios"), para deliberar sobre a exclusão do Sr. Sérgio Roberto Fioravante, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro metalúrgico, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.800.495-6, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 017.069.118-74, com endereço comercial na Fazenda Santa Maria, bairro Dourado, CEP 86.400-000, município de Jacarezinho, Estado do Paraná ("Sérgio"), titular de quotas representativas de 0,50% do capital social da Sociedade, em razão da prática de atos de inegável gravidade com risco às atividades sociais, nos termos do artigo 1.085 do Código Civil, bem como da evidente falta da "effectio societatis" conforme Cláusula 12 do contrato social da Sociedade. Os sócios deliberarão acerca da exclusão do Sr. Sérgio tendo em vista a adoção de postura inconduzível com sua posição de sócio e de atos de inegável gravidade, cabendo ressaltar, a título exemplificativo, a prática dos seguintes atos: (i) obtenção de vantagens pessoais em razão da utilização indevida do cargo de diretor, que não mais ocupa na Sociedade, contrariando os interesses sociais da Sociedade. Inclusive, destaca-se a realização de aplicações financeiras no exterior sem comprovação do efetivo emprego dos recursos remetidos ao exterior, bem como pagamentos efetuados à empresa Gennaro Gestão e Investimento Ltda., cujo relatório elaborado pelo Fisco Federal, no bojo do Processo Administrativo Fiscal nº 13935.000020/2003-32, concluiu não haver evidências da efetividade dos serviços prestados à Dacalda no valor histórico de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) conforme documento privado colocado à disposição do Sr. Sérgio na sede social nesta data; (ii) o afastamento do Sr. Sérgio das atividades e do convívio da Sociedade, em decorrência de atos que violam o contrato social e contrariam os interesses sociais da Sociedade; e (iii) efetiva melhora nos resultados econômicos e financeiros da Sociedade em decorrência do afastamento do Sr. Sérgio do cargo de administrador, conforme constatado em relatórios elaborados pela empresa especializada KPMG Auditores Independentes Ltda., documentos confidenciais colocados à disposição para consulta do Sr. Sérgio na sede social e disponibilizados por email aos sócios e/ou seus representantes legais em 06 de dezembro de 2023. Estas condutas, dentre outras, colocam em risco o desenvolvimento das atividades empresariais da Sociedade, o que inviabiliza a manutenção do Sr. Sérgio no quadro social. Ressalte-se que, no dia 01 de dezembro de 2023, os demais sócios da Sociedade entregaram ao Sr. Sérgio proposta de aquisição amigável de suas quotas, não tendo havido qualquer interesse na proposta apresentada. Sendo assim, estando revogados os termos da proposta acima referida, o Sr. Sérgio deverá comparecer à Reunião de Sócios, sob pena de revelia, ocasião em que terá o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos termos do artigo V, inciso LV, da Constituição Federal, do parágrafo único do artigo 1.085 do Código Civil e da Cláusula 12 do Contrato Social. Caso qualquer sócio não possa comparecer à Reunião de Sócios objeto desta convocação, tal sócio poderá se fazer representar por procurador devidamente constituído, devendo tal procuração ser outorgada por meio de instrumento público ou particular, com poderes para discutir e deliberar a respeito da pauta da Reunião. São Paulo, 11 de abril de 2024. **DACALDA - AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA.** José Luiz Mosca Junior.

CIA DE CIMENTO ITAMBÉ

CNPJ N.º 76.630.573/0001-60

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a se realizar no dia 23 de abril de 2024, às 9h (nove horas), na sede social, situada na Rodovia Curitiba – Ponta Grossa, BR 277, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Em Assembleia Geral Ordinária:**
 - Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023;
 - Destinação do resultado do exercício findo;
 - Eleição dos membros do Conselho de Administração e fixação da remuneração global dos órgãos da Administração.

- Em Assembleia Geral Extraordinária:
 - Aumento de capital no valor de R\$ 93.000.000,00 (noventa e três milhões de reais) mediante a capitalização de parte da reserva de lucros, sem emissão de ações, para adequação ao artigo 199, da Lei 6.404/76, e consequente reforma do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia
- Curitiba, 12 de abril de 2024.

Conselho de Administração



EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA



Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Moca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário ITAÚ UNIBANCO S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10173628703, no qual figura como **Fiduciante** **GIULIANA GIMENES ALVES**, brasileira, divorciada, advogada, RG nº 8.510.959-6-PR, CPF/MF nº 047.084.189-30, residente e domiciliada em Curitiba/PR, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 2º e parágrafos, no **dia 29/04/2024 às 16h00min**, a **Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Moca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 1.600.000,00** (um milhão e seiscentos mil reais), **o imóvel objeto da matrícula nº 12.602 do Registro de Imóveis da 7ª Circunscrição de Curitiba/PR**, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído por: Uma residência unifamiliar em alvenaria e muro frontal, com 02 pavimentos, com a área global de 269,70m², a qual tomou o nº 157 da Rua Guilherme Nievola, antiga Rua nº 08 (conf. Av. 05) e respectivo lote de terreno sob nº 3, da quadra "B", da Planta Jardim Siemens, medindo 15,00m de frente para a Rua Guilherme Nievola, antiga Rua nº 08 (conf. Av. 05), por 30,00m de extensão da frente aos fundos em ambos os lados, confrontando pelo lado direito de quem da rua olha o imóvel, com o lote nº 4; pelo lado esquerdo confronta com o lote nº 2; tendo de largura na linha de fundos 15,00m, onde confronta com o lote fiscal nº 083.000, de forma retangular, perfazendo a área total de 450,00m², com a ind. fiscal 84-256-114.000, do Cadastro Municipal. **Obs. Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 10/05/2024, às 16h00min**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 1.446.129,11** (um milhão quatrocentos e quarenta e seis mil cento e vinte e nove reais e onze centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leilão (www.frazaoleiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. Os (os) devedor(es) fiduciante(s) serão comunicados na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.frazaoleiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.frazaoleiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (RP-2641-12)



1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ricampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL n.º 202708

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula n. **54.475** Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar **"CAMPO DO MEIO"**, Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **WIDERSON DAVID MARQUES CABRAL**, inscrito no CPF/MF sob n. **009.896.989-71**, venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de **MAIO/2023** **À ABRIL/2024**.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em **12.04.2024** corresponde a **R\$8.117,21(oito mil, cento e dezessete reais e vinte e um centavos)**, sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V.(s) Sº(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, Centro, Edifício Frateli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V.(s) Sº(s) cliente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 12 de Abril de 2024, 13:36:41.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 13:36:41.



SELO DE FISCALIZAÇÃO
SFR11.zJFFP.0rrOX
9r400.F170q
https://selo.funarpen.com.br

Para consultar a autenticidade, informe na ferramenta:
www.1ricampolargo.com.br/informacoes-gerais/e-validador/ o CNP:
08.087-9
e o código de verificação do documento: **926302**
Consulta disponível por 30 dias



Documento Assinado Digitalmente
VENICILIS KIRCH
CPF: 05921055980 - 12/04/2024



1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ricampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL n.º 203137

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula n. **56.544** Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar **"ITAQUI"**, Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **IVANIDES DA CRUZ RIBEIRO e ANDRESSA DA CRUZ RIBEIRO**, inscritos no CPF/MF sob n. **061.550.989-48 e 093.983.609-26**, venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de **JUNHO/2023** **À MARÇO/2024**.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em **12.04.2024** corresponde a **R\$8.676,69(oito mil, seiscentos e setenta e seis reais e sessenta e nove centavos)**, sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V.(s) Sº(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, Centro, Edifício Frateli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V.(s) Sº(s) cliente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 12 de Abril de 2024, 14:43:51.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 14:43:51.



SELO DE FISCALIZAÇÃO
SFR11.zJdFP.0rrOX
IrK00.F170q
https://selo.funarpen.com.br

Para consultar a autenticidade, informe na ferramenta:
www.1ricampolargo.com.br/informacoes-gerais/e-validador/ o CNP:
08.087-9
e o código de verificação do documento: **926302**
Consulta disponível por 30 dias



Documento Assinado Digitalmente
VENICILIS KIRCH
CPF: 05921055980 - 12/04/2024



1º Serviço de Registro de Imóveis de Campo Largo, Estado do Paraná
Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, Centro, Campo Largo - PR CEP 83.601-320 - Telefone (41) 3032-3860 - 3032-2675
www.1ricampolargo.com.br
Maria Renata Setti de Pauli – Oficial Titular

EDITAL n.º 204759

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, na forma da lei, **Certifica**, e dá fé, segundo as atribuições conferidas pelo Art.26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do crédito, garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob matrícula n. **53.773** Livro n.2 referente ao imóvel urbano situado no lugar **"CAMPO DO MEIO"**, Cidade, com saldo devedor de responsabilidade de **ANSELMO BENEDITO CARREIRO**, inscrito no CPF/MF sob n. **062.650.549-61**, venho intimar-lhe para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas: Encargos vencidos: os meses de **NOVEMBRO/2022** **À MARÇO/2024**.

Informo ainda, que o valor deste (s) encargo(s), posicionado em **12.04.2024** corresponde a **R\$21.987,39(vinte mil, novecentos e oitenta e sete reais e trinta e nove centavos)**, sujeito a atualização monetária, aos juros de mora até as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo da intimação.

Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V.(s) Sº(s), para que se dirijam a este Ofício de Registro de Imóveis sito a Avenida Desembargador Clotário Portugal, 421, sala 01, Centro, Edifício Frateli, Campo Largo-PR, e Avenida Getúlio Vargas, 20-105, 1º Andar, Bauru/SP, onde deverá efetuar a purga do débito acima discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica(m) V.(s) Sº(s) cliente(s) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária.

NADA MAIS. O referido é verdade. Campo Largo – PR, em data de 12 de Abril de 2024, 14:35:59.

ASSINADA DIGITALMENTE

Certidão emitida às 14:35:59.



SELO DE FISCALIZAÇÃO
SFR11.zJKFP.0rrOX
OrU00.F170q
https://selo.funarpen.com.br

Para consultar a autenticidade, informe na ferramenta:
www.1ricampolargo.com.br/informacoes-gerais/e-validador/ o CNP:
08.087-9
e o código de verificação do documento: **X34002**
Consulta disponível por 30 dias



Documento Assinado Digitalmente
VENICILIS KIRCH
CPF: 05921055980 - 12/04/2024

Edital do Pregão Eletrônico N° 9.2024

A Prefeitura Municipal de Imbaú torna público que realizará Pregão Eletrônico, com sessão de Disputa de Preços: às **09:30** horas do Dia **02 de maio de 2024** horário de Brasília – DF, com a finalidade de selecionar melhor proposta para **Locação de veículos**. Outras Informações, bem como cópias do edital completo, poderão ser obtidos junto ao Site www.imbau.pr.gov.br, ícone Licitações e/ou a pasta Técnica, poderá ser obtidos junta a Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente no endereço da Rua Francisco Siqueira Kortz, 471, São Cristóvão, Imbau / Pr – Fone 0800.115.31.31.

Imbaú 15 de abril de 2024.

DAYANE SOVINSKI RODRIGUES

Prefeita Municipal



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Estado do Paraná – Palácio São José
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Licitações e Suprimentos

AVISO DE REMARCAÇÃO DE ABERTURA DE SESSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2024
REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2024
PROCESSO N° 4209/2024

OBJETO: Aquisição de Cimento Portland composto CP II-Z-32 em atendimento às Secretarias Municipais **I.D. 1043022**

TIPO: Menor Preço

VALOR ESTIMADO: R\$ 850.297,50 (Oitocentos e cinquenta mil, duzentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

FICA REMARCADA A ABERTURA DA SESSÃO PARA O DIA 25/04/2024 AS 09:00 HORAS.

ENDEREÇOS: www.paranagua.pr.gov.br (Portal da Transparência – Suprimentos – Compras - Licitações), www.licitacoes-e.com.br (link Novo licitações-e) e <https://www.gov.br/pncp/pt-br> (Portal Nacional de Contratações Públicas).

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Municipais 4.319/2023 e 683/2018, a ser processada e julgada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, na sua redação atual e suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pelo Pregoeiro na Rua Xavier da Silva, 1230, Tuiuti, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo telefone nº (41) 3721-1790.

PARANAGUÁ, 15 DE ABRIL DE 2024.

LEANDRO LINO ROLIM
Pregoeiro**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPÉRE****AVISO DE LICITAÇÃO****EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 02/2024**

O município de Ampére - Paraná torna público que fará realizar, às 08:00 horas do dia 21 de Maio do ano de 2024, na plataforma www.compras.gov.br, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Bairros: Uassari, Gilberto Luiz Simonetto, N.S das Graças, Água Verde	Pavimentação asfáltica em CBUQ	18.896,04 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura <http://www.ampere.pr.gov.br> e na plataforma www.compras.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Ampére (PR), 12 de Abril de 2024.
Disnei Luquini - Prefeito Municipal

AVISO LICITAÇÃO
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N° 23/2024
PROCESSO N° 46/2024

O MUNICÍPIO DE AMPÉRE, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO que realizará às 08h00 horas do dia 03 de Maio de 2024, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO tipo MENOR PREÇO POR ITEM do seguinte objeto: **Contratação de empresa para instalação, configuração e manutenção de pontos de comunicação da sede da Prefeitura Municipal de Ampére e demais órgãos municipais, levando até eles internet, rede de dados em fibra óptica, Wi-fi e rádio frequência em atendimento às necessidades das diversas Secretarias e Departamento da Administração Municipal.** Cópia completa do edital estará disponível no link licitação na página do Município: <http://www.ampere.pr.gov.br> e no endereço eletrônico www.compras.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos à Comissão de Licitações, no endereço abaixo mencionado Telefone (46) 3547-1122, e-mail licitacao@ampere.pr.gov.br. Ampére-PR, 15 de Abril de 2024.

DISNEI LUQUINI
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS**AVISO DE EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA N° 005/2024**

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço de segurança não armada. Exclusivo para participação de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte.

Local: Dois Vizinhos/PR

Unidade compradora: 987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR

Modalidade da contratação: Dispensa Eletrônica

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75

Tipo: Edital de Dispensa Eletrônica

Data de início de recebimento de propostas: 18/4/2024 às 9h00min (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 18/4/2024 às 15h00min (horário de Brasília)

Fonte: Compras.gov.br

O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.

Dois Vizinhos, 15 de abril de 2024.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

Faça um orçamento sem compromisso

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ/MF: 02.992.446/0001-75 - NIRE: 41300016771

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2024

Ata lavrada na forma de sumário nos termos do parágrafo 1º, artigo 130, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76").

1. Local, Data e Hora: Ao 04/04/2024, às 10 h, na sede social do Banco CNH Industrial Capital S.A., sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.992.446/0001-75 ("Companhia"), localizada na Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825, parte, na Cidade de Curitiba, PR, CEP 81170-901. **2. Convocação e Presença:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia, ficando, portanto, dispensada a convocação nos termos do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Foram eleitos para a mesa, por unanimidade, o Sr. Heberson José de Goes (Presidente) e a Sra. Romara Costa Borges (Secretária). **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(a)** a realização da 10ª emissão, pela Companhia, em até 4 séries (quando referidas em conjunto "Séries" e, individualmente, "Série"), de letras financeiras, perfazendo o montante total de, inicialmente, R\$ 600.000.000,00, por meio de Sistema de Vasos Comunicantes (conforme abaixo definido) ("Emissão" e "Letras Financeiras", respectivamente, sendo as Letras Financeiras da Primeira Série denominadas "Letras Financeiras da Primeira Série", as da Segunda Série "Letras Financeiras da Segunda Série", as da Terceira Série "Letras Financeiras da Terceira Série" e as da Quarta Série "Letras Financeiras da Quarta Série"), nos termos da Lei nº 12.249, de 11/07/2010, conforme alterada ("Lei 12.249"), da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.007, de 24/03/2022 ("Resolução CMN 5.007"), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 8, de 14/10/2020, conforme alterada ("Resolução CVM 8"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); **(b)** a autorização à diretoria da Companhia e/ou seus procuradores legais, conforme o caso, para *(i)* praticar todos os atos, bem como confeccionar e celebrar quaisquer documentos e seus eventuais aditamentos necessários à realização da Emissão e da Oferta; *(ii)* contratar *(ii)*, (a) instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para coordenar e distribuir a Oferta ("Coordenadores"); e *(ii)*, (b) os demais prestadores de serviços necessários para a Emissão e a Oferta, incluindo agente que representará a comunhão dos titulares das Letras Financeiras ("Titulares de Letras Financeiras" e "Agente de Letras", respectivamente) e assessores legais, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos, conforme o caso; *(iii)* em conjunto com os Coordenadores (1) definir a existência ou não de cada Série; (2) fixar a quantidade total de Letras Financeiras objeto da Emissão; (3) fixar a quantidade de Letras Financeiras a ser alocada em cada Série; e (4) fixar a sobretaxa ou *spread* aplicável à Remuneração (conforme definido abaixo) de cada Série, independentemente de nova deliberação pelos acionistas da Companhia ou de qualquer reunião de Diretoria, em decorrência do resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo); e **(c)** a ratificar todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima. **5. Deliberações:** Por unanimidade dos votos dos acionistas presentes à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, e sem quaisquer ressalvas, verificando-se a abstenção dos legalmente impedidos de votar, todas as matérias objeto da ordem do dia foram aprovadas, com as seguintes características e condições: **(a)** A realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio do Documento de Informações Essenciais das Letras Financeiras, elaborado nos termos do Anexo B à Resolução CVM 8 ("DIE-LF") e do "Instrumento Particular de Emissão de Letras Financeiras da Décima Emissão do Banco CNH Industrial Capital S.A.", a ser celebrado entre a Companhia e o Agente de Letras ("Instrumento de Emissão"): *(i)* *Destinação dos Recursos.* Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para melhoria no perfil de endividamento da Companhia e seu reforço de caixa; *(ii)* *Colocação.* As Letras Financeiras serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Resolução CVM 8 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à Oferta, com a intermediação dos Coordenadores, sob o regime de melhores esforços de distribuição, com relação à totalidade das Letras Financeiras, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública Sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação de Letras Financeiras Simples, da Décima Emissão do Banco CNH Industrial Capital S.A.", a ser celebrado entre os Coordenadores e a Companhia ("Contrato de Distribuição"), sendo a distribuição das Letras Financeiras realizadas de acordo com os procedimentos da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"); *(iii)* *Coleta de Intenções de Investimento.* Os Coordenadores organizarão o procedimento de coleta de intenções de investimento, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, em conjunto com a Companhia, *(i)* da quantidade total de Letras Financeiras objeto da Emissão, *(ii)* da existência de cada Série da Emissão, *(iii)* da quantidade de Letras Financeiras a ser alocada em cada Série e *(iv)* da sobretaxa ou *spread* aplicável à Remuneração de cada Série, observado o disposto no item (xix) abaixo ("Procedimento de *Bookbuilding*"), observado que o Valor Total da Emissão poderá ser aumentado, em comum acordo entre a Emitente e os Coordenadores, caso seja verificado excesso de demanda no Procedimento de *Bookbuilding*. Não haverá quantidade ou valor mínimo ou máximo de Letras Financeiras para alocação entre as Séries; *(iv)* *Prazo, Forma de Subscrição e Preço de Integralização.* As Letras Financeiras serão subscritas e integralizadas por meio de sistema operacionalizado e administrado pela B3, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3, à vista, em moeda corrente nacional, na Data de Emissão (conforme definido abaixo), pelo Valor Nominal Unitário, ou nas datas de integralização posteriores à Data de Emissão, observado o disposto no item (v) abaixo, sendo certo que, a exclusivo critério dos Coordenadores, as Letras Financeiras poderão ser subscritas e integralizadas com ágio ou deságio, a ser definido no ato de subscrição das Letras Financeiras, desde que *(i)* exista a possibilidade de subscrição e integralização com ágio ou deságio no Instrumento de Emissão; e *(ii)* o ágio ou deságio seja o mesmo para todas as Letras Financeiras de uma mesma Série, quando subscritas e integralizadas em uma mesma data; *(v)* *Prazo Máximo da Oferta.* A subscrição das Letras Financeiras objeto da Oferta pelos investidores deverá ser realizada no prazo máximo de 10 dias contados da Data de Emissão, observado o prazo mínimo de vigência de 24 meses entre a Data de Emissão e a Data de Vencimento (conforme definido abaixo). Caso ao final do prazo máximo de subscrição das Letras Financeiras objeto da Oferta, as Letras Financeiras não tiverem sido totalmente subscritas e integralizadas: *(a)* os Coordenadores não se responsabilizarão pelo saldo não subscrito e integralizado, caso em que: *(i)* a Companhia deverá cancelar as Letras Financeiras não integralizadas; e *(ii)* a Companhia e o Agente de Letras realizarão o aditamento ao Instrumento de Emissão, sem a necessidade de aprovação societária da Companhia e/ou realização de Assembleia Geral de Titulares, e atualização do DIE-LF para prever a quantidade de Letras Financeiras efetivamente subscritas e integralizadas; ou *(b)* por questões operacionais (não atribuíveis à Companhia), ou por ausência de integralização por investidor que houver apresentado ordem de investimento, os Coordenadores não se responsabilizarão pelo saldo não integralizado, caso em que a Companhia e o Agente de Letras poderão realizar, se assim aprovado pelos Coordenadores, o aditamento ao Instrumento de Emissão e atualização do DIE-LF, sem necessidade de Assembleia Geral de Titulares de Letras Financeiras, para prever a emissão de nova série de Letras Financeiras e integralização em uma só data, com as mesmas características das Letras Financeiras cuja integralização não tiver ocorrido, ajustando-se, conforme aplicável, o prazo de vencimento e/ou o valor nominal unitário; *(vi)* *Depósito para Negociação e Custódia Eletrônica.* As Letras Financeiras serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações das Letras Financeiras liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Letras Financeiras custodiadas eletronicamente na B3; *(vii)* *Número da Emissão.* As Letras Financeiras representam a 10ª emissão pública de letras financeiras da Companhia; *(viii)* *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão, inicialmente, R\$ 600.000.000,00, na Data de Emissão (conforme abaixo definido), conforme a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*, observado que será admitida a possibilidade de distribuição parcial das Letras Financeiras ("Valor Total da Emissão"). O Valor Total da Emissão poderá ser aumentado, em comum acordo entre a Companhia e os Coordenadores, caso seja verificado excesso de demanda no Procedimento de *Bookbuilding*, sendo que tal aumento do Valor Total da Emissão deverá ser ratificado por Assembleia Geral posteriormente; *(ix)* *Quantidade.* Serão emitidas, inicialmente, 12.000 Letras Financeiras, sendo certo que a quantidade de Letras Financeiras emitida e alocada em cada Série será definida de acordo com a demanda pelas Letras Financeiras, conforme apurado no Procedimento de *Bookbuilding*; *(x)* *Valor Nominal Unitário.* As Letras Financeiras terão valor nominal unitário de R\$ 50.000,00, na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); *(xi)* *Séries.* A Emissão será realizada em até 4 Séries, por meio do Sistema de Vasos Comunicantes. De acordo com o Sistema de Vasos Comunicantes, a quantidade de Letras Financeiras emitida em cada uma das séries deverá ser abatida da quantidade total de Letras Financeiras prevista no item (ix) acima, definindo a quantidade a ser alocada em cada série, de forma que a soma das Letras Financeiras alocadas em cada uma das séries efetivamente emitidas deverá corresponder à quantidade total de Letras Financeiras objeto da Emissão. Não haverá valor mínimo ou máximo para alocação entre as séries, sendo que qualquer uma das séries poderá não ser emitida, de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* ("Sistema de Vasos Comunicantes"); *(xii)* *Distribuição Parcial.* Será admitida a distribuição parcial das Letras Financeiras; *(xiii)* *Convertibilidade.* As Letras Financeiras não serão convertíveis em ações de emissão da Companhia; *(xiv)* *Comprovação de Titularidade.* Para todos os fins de direito, a titularidade das Letras Financeiras será comprovada por meio de extrato individualizado e, a pedido do Titular de Letras Financeiras ou da Companhia, exclusivamente para fins do artigo 38, §1º, da Lei 12.249, por meio de certidão de inteiro teor, ambos emitidos pela B3. Tal certidão será suficiente para habilitar qualquer medida judicial ou extrajudicial em face da Companhia, inclusive a execução de valores devidos nos termos do DIE-LF e do Instrumento de Emissão. Adicionalmente, poderá ser emitido extrato pelo escriturador das Letras Financeiras, com base nas informações geradas pela B3; *(xv)* *Espécie.* As Letras Financeiras serão da espécie quirografária, não contando com quaisquer garantias, sejam reais ou fidejussórias; *(xvi)* *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Letras Financeiras será definida no Instrumento de Emissão ("Data de Emissão"); *(xvii)* *Prazo e Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos a serem previstos no Instrumento de Emissão e depois de implementada a Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado (conforme definido no item (xxvi) abaixo), o prazo das Letras Financeiras será de: *(i)* para as Letras Financeiras da Primeira Série, 24 meses e 10 dias contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento da Primeira Série"); *(ii)* para as Letras Financeiras da Segunda Série, 36 meses contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento da Segunda Série"); *(iii)* para as

Letras Financeiras da Terceira Série, 48 meses contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento da Terceira Série"); e *(iv)* para as Letras Financeiras da Quarta Série, 48 meses contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento da Quarta Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, a Data de Vencimento da Segunda Série e a Data de Vencimento da Terceira Série, "Data de Vencimento"); *(xviii)* *Pagamento do Valor Nominal Unitário.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos previstos no Instrumento de Emissão e depois de implementada a Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado, o Valor Nominal Unitário de cada uma das Letras Financeiras será pago pela Companhia em 1 única parcela, devida na respectiva Data de Vencimento de cada uma das Séries, conforme o caso; *(xix)* *Remuneração.* A remuneração de cada uma das Letras Financeiras será a seguinte: I. *Juros remuneratórios das Letras Financeiras da Primeira Série:* sobre o Valor Nominal Unitário de cada uma das Letras Financeiras da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis – assim entendidos como qualquer dia que não seja feriado declarado nacional, sábado ou domingo ("Dia Útil"), calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no Informativo Diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>), ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa ou *spread*, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitado a 0,85% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração da Primeira Série"). A Remuneração da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da Primeira Série, desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, nos termos da fórmula constante do Instrumento de Emissão; II. *Juros remuneratórios das Letras Financeiras da Segunda Série:* sobre o Valor Nominal Unitário de cada uma das Letras Financeiras da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa ou *spread*, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitado a 1,00% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração da Segunda Série"). A Remuneração da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da Segunda Série, desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, nos termos da fórmula constante do Instrumento de Emissão; III. *Juros remuneratórios das Letras Financeiras da Terceira Série:* sobre o Valor Nominal Unitário de cada uma das Letras Financeiras da Terceira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de sobretaxa ou *spread*, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* e, em qualquer caso, limitado a 1,15% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração da Terceira Série"). A Remuneração da Terceira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da Terceira Série, desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, nos termos da fórmula constante do Instrumento de Emissão; IV. *Juros remuneratórios das Letras Financeiras da Quarta Série:* sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da Quarta Série incidirá uma remuneração prefixada correspondente a um determinado percentual fixo ao ano, correspondente à respectiva Taxa DI, conforme cotação do último preço verificado no fechamento da data do Procedimento de *Bookbuilding*, base 252 Dias Úteis, divulgada pela B3 em sua página na internet (https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/cotacoes/mercado-de-derivativos/?symbol=D11), correspondente ao contrato futuro com vencimento em 1º/01/2028, acrescida exponencialmente de sobretaxa ou *spread*, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, limitada a até 1,15% ao ano ("Remuneração da Quarta Série" e em conjunto com a Remuneração da Primeira Série, a Remuneração da Segunda Série e a Remuneração da Terceira Série, "Remuneração"). A Remuneração da Quarta Série será calculada de acordo com a fórmula prevista no Instrumento de Emissão. *(xx)* *Pagamento da Remuneração:* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos previstos no Instrumento de Emissão, depois de implementada a Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado, a Remuneração das Letras Financeiras será paga em 1 única parcela, na respectiva Data de Vencimento de cada uma das Séries, conforme o caso; *(xxi)* *Atualização do Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras:* O Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras não será atualizado monetariamente; *(xxii)* *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada; *(xxiii)* *Resgate Antecipado Facultativo.* Nos termos do artigo 5º da Resolução CMN 5.007, é vedado o resgate, total ou parcial, das Letras Financeiras, antes da Data de Vencimento, exceto para fins de imediata troca por outras letras financeiras de emissão da Companhia, nas hipóteses e condições previstas pela regulamentação do CMN. É vedada a amortização antecipada das Letras Financeiras; *(xxiv)* *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Letras Financeiras, desde que por meio da B3, para efeito de permanência em tesouraria e venda posterior, no montante de até 5% do valor contábil das Letras Financeiras emitidas, conforme disposto no inciso I do artigo 10º da Resolução CMN 5.007. Nos termos do artigo 10º, §1º, da Resolução CMN 5.007, o valor contábil deve ser apurado na data da recompra sem dedução do saldo das Letras Financeiras em tesouraria. Devem ser consideradas, para fins da verificação do cumprimento do limite de que trata este item, as Letras Financeiras adquiridas por entidades integrantes do conglomerado prudencial da Companhia, nos termos da Resolução do CMN nº 4.950, de 30/09/2021, e demais entidades submetidas ao controle direto ou indireto da Companhia, nos termos do artigo 10º, §2º, incisos I e II, da Resolução CMN 5.007. As Letras Financeiras objeto desse procedimento poderão: *(i)* permanecer em tesouraria da Companhia; ou *(ii)* ser recolocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Resolução CMN 5.007. As Letras Financeiras, se recolocadas no mercado, farão jus aos direitos das demais Letras Financeiras, inclusive à Remuneração, conforme aplicável; *(xxv)* *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Titulares de Letras Financeiras, nos termos do Instrumento de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, *(i)* juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e *(ii)* multa moratória de 2%; *(xxvi)* *Eventos de Inadimplemento e Vencimento Antecipado.* Os eventos de inadimplemento das Letras Financeiras serão definidos no Instrumento de Emissão e poderão ocasionar o vencimento antecipado das Letras Financeiras, depois de implementada a Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado. Nos termos do artigo 38, §5º, da Lei 12.249, o Instrumento de Emissão preverá os eventos de vencimento antecipado das Letras Financeiras, observado que o vencimento antecipado das Letras Financeiras estará condicionado à manifestação formal do Congresso Nacional Brasileiro, do Presidente da República Federativa do Brasil, do Ministério da Fazenda ou equivalente, do CMN, da CVM ou do Banco Central do Brasil, de seus diretores, departamentos ou representantes com força legal ou regulamentar para validar, admitir ou não obstar a inclusão de eventos de vencimento antecipado em emissões de letras financeiras e deverá observar o disposto no artigo 5º da Resolução CMN 5.007 ("Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado"); e *(xxvii)* *Outras Características.* As demais características das Letras Financeiras constarão no DIE-LF e no Instrumento de Emissão. **(b)** A autorização à diretoria da Companhia e/ou seus procuradores legais, conforme o caso, para: *(i)* confeccionar e celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e da Oferta, incluindo a celebração do DIE-LF, do Instrumento de Emissão, do Contrato de Distribuição e de quaisquer outros instrumentos ou documentos relacionados às Letras Financeiras, ficando desde já, autorizados a celebrar eventuais aditamentos a referidos instrumentos ou documentos, sem necessidade de realização de nova aprovação societária da Companhia ou de Assembleia de Titulares de Letras Financeiras para: *(i)*, (a) atendimento às exigências da B3, da CVM, ou em consequência de normas legais regulamentares; *(i)*, (b) correção de erros grosseiros, tais como, de digitação ou aritméticos; *(i)*, (c) atualização dos dados cadastrais das partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, se necessário; e/ou *(i)*, (d) caso haja Letras Financeiras, que não tenham sido integralizadas por questões operacionais (não atribuíveis à Companhia), ou por ausência de integralização por investidor que houver apresentado ordem de investimento, para prever a emissão de nova série de Letras Financeiras e integralização em uma só data, com as mesmas características da Série das Letras Financeiras cuja integralização não tiver ocorrido, ajustando-se, conforme aplicável, o prazo de vencimento e/ou o Valor Nominal Unitário, ou o cancelamento das Letras Financeiras não integralizadas; *(ii)* contratar *(ii)*, (a) os Coordenadores; e *(ii)*, (b) os demais prestadores de serviços necessários para a Emissão e a Oferta, incluindo o Agente de Letras e assessores legais, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos, conforme o caso; *(iii)* em conjunto com os Coordenadores (1) definir a existência ou não de cada Série, (2) fixar a quantidade total de Letras Financeiras objeto da Emissão, (3) fixar a quantidade de Letras Financeiras a ser alocada em cada Série, e (4) fixar a sobretaxa ou *spread* aplicável à Remuneração de cada Série, independentemente de nova deliberação pelos acionistas da Companhia ou de qualquer reunião de Diretoria, em decorrência do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. **(c)** A ratificação de todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes e assinada pelo Presidente e pela Secretária da Mesa. **7. Acionistas Presentes:** New Holland Limited (nesse ato representado por Bianca Belotti e Heberson José de Goes) e CNH Industrial Brasil Ltda. (nesse ato representada por Bianca Belotti e Heberson José de Goes). **Mesa:** Heberson José de Goes - Presidente; Romara Costa Borges - Secretária. **Certifico**, na qualidade de Secretária da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 04/04/2024, que esta ata é reprodução fiel e autêntica da que se encontra lavrada no Livro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia. Curitiba-PR, 04/04/2024. Heberson José de Goes - *Presidente da Mesa*. Romara Costa Borges - *Secretária*. **Junta Comercial do Paraná** - Certifico o registro em: 09/04/2024, 17:45, sob nº 20242424872. Protocolo: 242424872 de 09/04/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário Geral.

SITA – TRANSPORTE DE CARGAS S.A.
CNPJ N.º 78.759.701/0001-04
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia 23 de abril de 2024, às 9h30min. (nove horas e trinta minutos), na sede social, situada na Rodovia Curitiba – Ponta Grossa, BR 277, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a)** Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023;
- b)** Destinação do resultado do exercício findo;
- c)** Eleição dos membros do Conselho de Administração e fixação da remuneração global dos órgãos da Administração.

Curitiba, 12 de abril de 2024
Conselho de Administração

SOPACO – SOCIEDADE PARANÁ COML. E IMPORTADORA LTDA
CNPJ N.º 78.143.922/0001-45
NIRE N.º 41201646645

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral de Cotistas, a realizar-se, por economia de custos na sede do escritório Augusto Prolik, sito à Rua Marechal Deodoro, 497, 16º. andar, em Curitiba, Paraná, às 14:30 horas do dia 25 de abril de 2024, para tomarem conhecimento e deliberarem sobre as seguintes matérias:

I) Em Assembleia Geral Ordinária:

a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; c) Eleger os membros da nova Diretoria; e d) Outros assuntos de interesse social

II) Em Assembleia Geral Extraordinária:

a) Apresentação da planilha elaborada pela Diretoria com a projeção de gastos para os próximos 12 (doze) meses; b) Aprovar a captação de recursos dos sócios, que não será via aumento de capital social, para adimplir as prestações vincendas dos débitos incluídos no REFIS e de outras despesas administrativas da Sociedade cujo valor total aproximado é de R\$ 5.140.794,14 (cinco milhões, cento e quarenta mil, setecentos e noventa e quatro reais e quatorze centavos); e c) Outros assuntos.

Outrossim, comunicamos que se encontram à disposição dos senhores sócios, na sede social da empresa, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei 6.404 de 15/12/1976, relativos ao exercício de 2023.

Iratí, 15 de abril de 2024.
Cirlei Teixeira Dellani Milla - Diretora



EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CURITIBA.

A Coordenadora Geral do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba – SISMUC, no uso de suas atribuições, convoca todos os Servidores Públicos Municipais de Curitiba para Assembleia Geral Extraordinária, que ocorrerá no dia, **22 (vinte e dois) de abril de 2024**, segunda-feira, no auditório do 2º andar do SISMUC, localizado na Rua Monsenhor Celso, 225, Centro nesta Capital, às 19h00 (Dezenove horas) em primeira convocação e às 19h30m (Dezenove horas e trinta minutos) em segunda convocação, tendo como pauta:

1. Eleição de delegados (as) para o 6º Congresso da FESSMUCPR;
2. Informes;
3. Outros assuntos.

Curitiba, 16 abril de 2024.

Coordenadora Geral do SISMUC
Juliana de Fátima Mildemberg de Lara



CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ

CNPJ nº 76.630.573/0001-60

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 da Cia. de Cimento Itambé, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis vigentes no Brasil, notadamente a Lei das Sociedades

por Ações (Leis 6.404 de 1976 e 11.638 de 2007), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo (IASB). Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2023[illegible]

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil)										
		Atribuível aos quotistas da Controladora								
	Nota explicativa	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
			Legal	Investimentos	Lucros retidos					
Em 31 de dezembro de 2021		431.920	(709)	81.655	—	384.546	—	897.412	562	897.974
Realização do custo atribuído reflexo em coligada	22.f	—	82	—	—	(82)	—	—	—	—
Aumento de capital		31.998	—	—	—	(31.998)	—	—	—	—
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	198.292	198.292	17	198.309
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal	22.b	—	—	9.915	—	—	(9.915)	—	—	—
Dividendos propostos		—	—	—	—	—	(99.000)	(99.000)	(80)	(99.080)
Reserva de retenção de lucros	22.d	—	—	—	89.377	—	(89.377)	—	—	—
Em 31 de dezembro de 2022		463.918	(627)	91.570	89.377	352.466	—	996.704	499	997.203
Realização do custo atribuído reflexo em coligada	22.f	—	81	—	—	(81)	—	—	—	—
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	218.271	218.271	84	218.355
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal	22.b	—	—	1.214	—	—	(1.214)	—	—	—
Dividendos propostos	22.c	—	—	—	—	—	(103.000)	(103.000)	—	(103.000)
Reserva de retenção de lucros	22.d	—	—	—	114.057	—	(114.057)	—	—	—
Em 31 de dezembro de 2023		463.918	(546)	92.784	203.434	352.385	—	1.111.975	583	1.112.558

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
		2023	2022	2023	2022	
Fluxos de caixa das atividades operacionais						(Pagamento) de juros sobre financiamentos
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		315.426	285.831	318.243	288.758	Juros sobre arrendamentos
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo o caixa						Imposto de renda e contribuição social pag
Depreciação, amortização e exaustão		67.748	64.162	69.010	66.803	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais
Depreciação sobre direito de uso arrendamento (Reversão) provisão para contingências e depósitos judiciais	15	8.786	8.103	2.867	2.829	Fluxos de caixa das atividades de investimento
(Reversão) provisão para obsolescência	8	796	63	796	63	Aquisição de bens do ativo imobilizado
(Reversão) provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(280)	(1.815)	(297)	(1.936)	Aquisição de bens do ativo biológico
Perda (lucro) na alienação/baixa do ativo imobilizado e intangível		1.184	2.582	1.184	3.270	Aquisição de bens do ativo intangível
Variação no valor justo do ativo biológico	13.b	1.556	(2.319)	(2.142)	115	Resgate (aplicação) em títulos e valores mobiliários
Juros e variações monetárias		7.670	1.104	7.630	5.078	Valor recebido pela venda de imobilizado
Resultado de equivalência patrimonial	11.d e 11.e	(24.533)	(18.431)	(242)	(199)	Dividendos recebidos
		379.105	339.477	397.801	360.920	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento
Variações nos ativos e passivos						Fluxos de caixa das atividades de financiamento
Contas a receber de clientes	7	(7.598)	(32.854)	(8.804)	(32.826)	Obtenção de financiamentos e empréstimos
Estoques	8	(34.461)	(25.500)	(34.518)	(25.500)	(Pagamento) de financiamentos e empréstimos
Tributos a recuperar		(559)	(859)	(662)	(858)	(Pagamento) de obrigações de passivo de longo prazo
Depósitos Judiciais		8.401	14.518	8.401	14.518	Dividendos pagos
Outras contas a receber	10	(10.484)	(12.805)	2.544	(12.020)	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento
Fornecedores	16	6.121	14.089	12.565	16.670	Aumento (redução) do caixa e equivalentes
Impostos, tributos, encargos e contribuições a recolher	17	203	5.986	389	5.934	Caixa e equivalentes de caixa no início do período
Salários e encargos		3.952	1.900	4.021	1.902	Caixa e equivalentes de caixa no final do período
Outras contas a pagar		1.335	(7.769)	1.269	(7.995)	Transações que não afetaram o caixa
Caixa proveniente das operações		346.015	296.183	383.006	320.745	Aumento de capital social com reservas

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

A Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto o lucro por ação)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	2023	2022	2023	2022
Receita líquida de vendas	24	1.285.772	1.219.549	1.285.869	1.221.845
Valor justo dos ativos biológicos	24	(1.556)	2.319	2.142	(1.059)
Custo das vendas e dos serviços	25	<u>(905.700)</u>	<u>(889.003)</u>	<u>(883.282)</u>	<u>(868.985)</u>
Lucro Bruto		<u>378.516</u>	<u>332.865</u>	<u>404.729</u>	<u>351.801</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	25	(27.197)	(28.107)	(27.197)	(28.107)
Despesas gerais e administrativas	25	(64.864)	(53.652)	(65.943)	(54.274)
Outras receitas (despesas), líquidas	26	1.748	11.168	1.764	11.288
Resultado de equivalência patrimonial	11.d e 11.e	<u>24.533</u>	<u>18.431</u>	<u>242</u>	<u>199</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>312.736</u>	<u>280.705</u>	<u>313.595</u>	<u>280.907</u>
Receitas financeiras		18.725	15.270	20.707	18.002
Despesas financeiras		<u>(16.035)</u>	<u>(10.144)</u>	<u>(16.059)</u>	<u>(10.151)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	27	<u>2.690</u>	<u>5.126</u>	<u>4.648</u>	<u>7.851</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		315.426	285.831	318.243	288.758
Imposto de renda e contribuição social - corrente	28.b	(96.383)	(81.333)	(99.116)	(84.243)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	28.b	(772)	(6.206)	(772)	(6.206)
Lucro líquido do exercício		<u>218.271</u>	<u>198.292</u>	<u>218.355</u>	<u>198.309</u>
Atribuível a					
Acionistas controladores				218.271	198.292
Acionistas não controladores				<u>84</u>	<u>17</u>
				218.355	198.309

Ações em circulação no final do exercício (Em milhares)	23	28.020.507	28.020.507
---	----	------------	------------

Lucro básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	<u>0,0078</u>	<u>0,0071</u>
---	---------------	---------------

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

<i>(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto o lucro por ação)</i>				
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	218.271	198.292	218.355	198.309
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—
Total do resultado abrangente do exercício	<u>218.271</u>	<u>198.292</u>	<u>218.355</u>	<u>198.309</u>
Atribuível a				
Acionistas controladores			218.271	198.292
Acionistas não controladores			84	17
			<u>218.355</u>	<u>198.309</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras



Gestão
Ambiental
Itambé



Assessoria
Técnica
Itambé



CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ

CNPJ nº 76.630.573/0001-60

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Contexto operacional

A Cia. de Cimento Itambé (a "Companhia") e suas controladas (conjuntamente, o "Grupo") têm sede em Curitiba - PR e fábrica situada em Balsa Nova - PR.

A Companhia tem como atividades principais a mineração de calcário em geral, em jazidas existentes em suas propriedades, cujas autorizações de direito de lavra datam de 1976, a industrialização e comercialização de cimento, cal, calcário, seus derivados e similares, além de serviços de concretagem, bombeamento de concreto e atividades correlatas.

A controlada integral, Itambé Energética S.A. tem como atividade a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, autorizada a operar pela Resolução nº 301, de 16 de agosto de 2000, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A controlada Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda. tem por objeto social a administração de bens exclusivamente próprios, compreendendo a compra e venda e a locação de bens imóveis próprios, a incorporação de empreendimentos imobiliários, o cultivo de mudas em viveiros florestais, a extração de madeiras em florestas plantadas, o comércio atacadista de madeira e produtos derivados, atividades de apoio à produção florestal e a participação no capital social de outras empresas, como investidora, acionista ou quotista. Iniciou suas atividades em 12 de novembro de 2019.

A aprovação da emissão e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 21 de março de 2024.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no final de cada período de relatório, e para ativos biológicos, os quais são mensurados ao valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, bem como o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Continuidade operacional

Os Administradores têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue:

2.2. Base de consolidação e investimento em controlada

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

a) As Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem o poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

Em 2023, a Companhia possui participação em duas controladas, sendo, Itambé Energética S.A. com participação de 100% no respectivo capital social e Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda. com participação de 99% no respectivo capital social, nota explicativa nº 11.a.

Controladas	Porcentagem de participação (%)	2023	2022
Itambé Energética S.A.	Direto	100	100

Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.

	Direto	99	99
Itá Energética S.A.	Influência significativa	2,5	2,5

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações, saldos e ganhos não realizados em operações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações com participações de não controladores
A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na rubrica de "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

2.3. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros

investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.5. Ativos financeiros

2.5.1. Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

2.5.2. Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.5.3. Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, exceto se tal ativo não seja mensurado ao valor justo por meio do resultado.

O Grupo possui ativos financeiros mensurados de acordo com as categorias a seguir:

- Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros. As contas a receber, dividendos a receber e outras contas a receber estão classificadas nesse grupo. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os títulos e valores mobiliários considerados como caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras estão considerados neste grupo. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja, subsequentemente, mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/perdas, no período em que ocorrerem.

2.5.4. Impairment

O Grupo passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis e considera também os saldos vencidos.

2.5.5. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros quando resultantes da transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pelo Grupo, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

2.6.1. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou

• For um derivativo, exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não fazem parte de uma relação de hedge designada. O ganho ou perda líquido reconhecido no resultado incorpora quaisquer juros pagos sobre os passivos financeiros e é incluído no resultado.

Os ganhos ou as perdas resultantes de contratos de garantia financeira emitidos e designados pelo Grupo ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado.

2.6.2. Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

2.6.3. Ganho ou perda de variação cambial

Para passivos financeiros denominados em moeda estrangeira e mensurados ao custo amortizado no final de cada período de relatório, os ganhos ou as perdas de variação cambial são determinados com base no custo amortizado dos instrumentos. Esses ganhos e perdas de variação cambial são reconhecidos na rubrica "Variação Cambial" no resultado para passivos financeiros que não fazem parte de uma relação de hedge designada. Para aqueles designados como instrumento de hedge para proteção contra o risco de câmbio, os ganhos e as perdas de variação cambial são reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados em um componente separado do patrimônio.

O valor justo dos passivos financeiros denominados em moeda estrangeira é determinado naquela moeda estrangeira e convertido com base na taxa à vista no encerramento do exercício. Para passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, o componente de câmbio é parte integrante dos ganhos ou perdas de valor justo e é reconhecido no resultado para passivos financeiros que não fazem parte de uma relação de hedge designada.

Baixa de passivos financeiros

O Grupo baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de

mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas esperadas.

2.8. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Estão incluídos na rubrica de estoques os materiais para a manutenção de equipamentos e veículos, que não sejam de uso exclusivo para determinado equipamento e vitais para a manutenção e funcionamento das linhas de produção.

2.9. Ativos intangíveis

a) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico.

A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada - nota explicativa nº 14.

b) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

c) Direito sobre recursos naturais

São contabilizados os direitos de uso da mina em contrapartida ao passivo ambiental para reconstituir a mina registrado em outras contas a pagar.

2.10. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e menos redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações e construções	60
Máquinas e equipamentos	15
Veículos	11
Móveis, utensílios e equipamentos	15
Outros componentes	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.11. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à depreciação ou amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos que têm vida útil definida são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC - Unidades Geradoras de Caixa).

2.12. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo deduzidas das despesas de venda são reconhecidas no resultado. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A madeira em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 13. A mensuração dos ativos biológicos é feita anualmente, pois considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas informações financeiras e está alinhada com a periodicidade da apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

2.13. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14. Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos e empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.15. Passivos ambientais

Os passivos ambientais, que compreendem os gastos representativos a serem incorridos com o fechamento de mina decorrentes do encerramento das atividades, estão registrados como obrigação com desmobilização de ativo. As obrigações consistem, principalmente, em custos associados com encerramento de atividades. O custo de desmobilização de ativo, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), encontra-se registrado no ativo intangível.

A parcela do passivo está registrada pelo valor presente pelo mesmo prazo da desmobilização. Esses passivos estão contabilizados em outras contas a pagar, no passivo não circulante.

2.16. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.



Gestão Ambiental
Itambé



Assessoria Técnica
Itambé



CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ

CNPJ nº 76.630.573/0001-60

★continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou, substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Companhia calcula e recolhe o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pelo regime tributação de lucro real.

As controladas Itambé Energética S.A. e Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda., calculam e recolhem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com base no regime de tributação do lucro presumido.

2.18. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São registrados por seus valores de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos ou encargos incidentes calculados até a data do balanço.

2.19. Capital social

As ações de capital são classificadas no patrimônio líquido.

2.20. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base nas determinações do Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração.

2.21. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre as empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita com base nos seguintes critérios:

a) Venda de produtos

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando: (i) na identificação dos contratos (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) com os clientes; (ii) quando puder identificar as obrigações de desempenho; (iii) quando puder determinar o preço da transação; (iv) quando puder alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e (v) quando (ou à medida que) o Grupo satisfaz uma obrigação de desempenho.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida no momento da transferência do seu controle, ou seja, quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

b) Venda de serviços de concretagem

A Companhia presta serviços de concretagem. Esses serviços são prestados com base no tempo e no material aplicado ou, como um contrato de preço fixo. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas no período em que os serviços são prestados.

c) Reconhecimento de venda de energia elétrica

Na essência a receita é reconhecida quando do registro da venda e liquidação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

d) Reconhecimento de venda de madeira e imóveis e locação de imóveis

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de madeiras/imóveis e pela locação dos imóveis. As receitas de vendas de produtos/imóveis são reconhecidas no momento da transferência do seu controle, ou seja, quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. As receitas com locações de imóveis são reconhecidas no período em que as locações são realizadas.

e) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.22. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados, inclusive participação nos lucros, são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

b) Planos de contribuição definida

Obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. São pagas em contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não implicam em obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais.

O Grupo não concede outros benefícios de longo prazo aos seus empregados.

2.23. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando relevantes ativos e passivos foram ajustados a valor presente. O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros aplicável. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

2.24. Arrendamentos

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, quando aplicável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, o Grupo opta por reconhecer uma despesa de arrendamento pelo método linear.

a) Taxa de desconto

O Grupo aplica a expectativa futura das obrigações ativas de 10% (10% em 2022) ao ano para todos os arrendamentos (novos, renovações, aditamentos).

2.25. Normas novas e alterações em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, o a Companhia e suas controladas aplicaram uma série de alterações aos pronunciamentos contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são obrigatoriamente válidas para o período contábil que se inicia em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma	Aplicável a períodos anuais com início em/ou após	Assunto
CPC 36 (R3); e CPC 18 (R2)	Não definida	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações ao CPC 26 (R1)	01/01/23	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
CPC 50	01/01/23	Contratos de Seguros
Alterações ao CPC 26 (R1)	01/01/23	Divulgação de Políticas Contábeis
Declaração da Prática 2		
Alterações ao CPC 23	01/01/23	Definição de Estimativas Contábeis
Alterações ao CPC 32	01/01/23	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

• Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu/revisou algumas normas, as quais tem sua adoção para o exercício de 2024 ou após, e que a Companhia e suas controladas também não esperam impactos em suas Demonstrações Financeiras quando da adoção destas normas, conforme a seguir:

Norma	Data de vigência	Descrição da alteração
CPC 26:	01/01/2024,	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo as emendas, o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
Apresentação das Demonstrações Financeiras	aplicação retrospectiva.	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento ('Sale and Leaseback') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.
CPC 6 (R2): Arrendamentos	01/01/2024, aplicação retrospectiva.	Divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, Reverse factoring, Confirming e/ou assemelhadas, que envolvam as Companhias e seus fornecedores.

CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em períodos futuros.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não sejam facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis e que podem mais significativamente afetar os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

a) Passivos contingentes

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

b) Ativo biológico

Na determinação do valor justo dos ativos biológicos, o Grupo utiliza o método de fluxo de caixa descontado, considerando a produtividade projetada das florestas, levando em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos. Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, potencial produtivo e idade das florestas, entre outras premissas.

Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar valorização ou desvalorização desses ativos.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a riscos financeiros de mercado, crédito e de liquidez. A gestão de risco é realizada segundo as políticas aprovadas pela diretoria. A Administração identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de crédito e risco de liquidez, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

a.1) Cambial

Em 2023 o risco cambial do Grupo deve-se a exposição às oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras que compõem as suas relações operacionais, e podem afetar o fluxo de caixa e resultados. A exposição cambial decorrente das operações no exterior é parcialmente protegida por meio de fundo cambial detalhado na nota explicativa nº 6.

a.2) Taxa de juros

O Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados a mudanças adversas nas taxas de juros.

Parte significativa dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e os financiamentos e empréstimos estão indexados principalmente aos índices CDI e TJLP, sendo o resultado financeiro parcialmente afetado pelas mudanças na taxa básica de juros da economia (SELIC).

O Grupo periodicamente monitora tais exposições frente ao comportamento do mercado financeiro e, se necessário, avalia a necessidade de alteração na composição da sua carteira de investimentos e, também do seu endividamento.

b) Risco de crédito

A política de vendas do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu saldo do contas a receber de clientes.

c) Risco de liquidez

É o risco de o Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A tabela a seguir apresenta os passivos financeiros não derivativos da Controladora e do Consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	53.615	–	–	–
Fornecedores - partes relacionadas	6.335	–	–	–
Financiamentos	39.802	13.714	62.165	30.423
Arrendamentos	8.614	1.914	3.441	–
Adiantamento de clientes	7.330	–	–	–

Em 31 de dezembro de 2022

Fornecedores	52.304	–	–	–
Fornecedores - partes relacionadas	1.525	–	–	–
Financiamentos	44.456	9.358	13.923	–
Arrendamentos	7.721	8.025	1.956	–
Adiantamento de clientes	7.018	–	–	–

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos

Em 31 de dezembro de 2023

Fornecedores	66.662	–	–	–
Financiamentos	39.802	13.714	62.165	30.423
Arrendamentos	2.695	1.914	3.441	–
Adiantamento de clientes	7.398	–	–	–

Em 31 de dezembro de 2022

Fornecedores	54.097	–	–	–
Financiamentos	44.456	9.358	13.923	–
Arrendamentos	1.029	3.464	1.956	–
Adiantamento de clientes	7.035	–	–	–

4.2. Gestão de capital

Os objetivos do Grupo administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do Grupo a Administração pode propor, e os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Total dos financiamentos	146.104	67.737	146.104	67.737
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(77.188)	(87.157)	(83.837)	(103.826)
Menos: títulos e valores mobiliários	(16.792)	(18.000)	(16.792)	(18.000)
Sobra líquida	52.124	(37.420)	45.475	(54.089)
Total do patrimônio líquido	1.116.461	996.704	1.117.114	997.203
Total do capital	1.168.585	959.284	1.162.589	943.114
Índice de alavancagem financeira - %	4%		4%	

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, líquido da provisão para devedores duvidosos, e contas a pagar aos fornecedores e financiamentos e empréstimos pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos, considerados os prazos de vencimento de curto prazo e também a utilização de linhas de crédito disponíveis e com taxa de juros aplicáveis aos participantes do mercado em geral.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos consolidados mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2023.

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	95.029	–	–	95.029
Total do ativo	95.029	–	–	95.029

4.4. Instrumentos Financeiros

a) Categoria de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	77.188	87.157	83.837	103.826
Títulos e valores mobiliários	16.792	18.000	16.792	18.000
	93.980	105.157	100.629	121.826
Custo amortizado				
Contas a receber	138.537	130.659	139.760	130.659
Dividendos a receber	942	47	942	47
Outras contas a receber	33.305	22.821	20.799	23.343
	172.784	153.527	161.501	154.049
	266.764	258.684	262.130	275.875

Passivos conforme o balanço patrimonial

Outros passivos financeiros				
Fornecedores	59.950	53.829	66.662	54.097
Financiamentos	146.104	67.737	146.104	67.737
Dividendos a pagar	42.006	42.000	42.006	42.000
	248.060	163.566	254.772	163.834

Os valores justos dos instrumentos financeiros demonstrados na tabela acima se aproximam de seus valores contábeis. Com relação aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem.

b) Análise de sensibilidade de taxas de juros

O Grupo mantém aplicações financeiras que acompanham a variação do CDI (NTN-B).



Gestão Ambiental Itambé



Assessoria Técnica Itambé



CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ

CNPJ nº 76.630.573/0001-60

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

As análises de sensibilidade para as variações dessas taxas são demonstradas abaixo. Cenários considerando a alta na taxa CDI:

	Saldo em 2023	Cenário I - provável (i)	Cenário I - 25% (ii)	Cenário I - 50% (iii)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				
Elevação do CDI	93.980	8.458	10.573	12.687
Impacto no resultado	-	-	2.115	4.229
Taxa		9,00%	11,25%	13,50%

(i) Considera à taxa CDI de 9,00% para a projeção do cenário provável.

(ii) Considera elevação do CDI em 25%.

(iii) Considera elevação do CDI em 50%.

Cenários considerando a queda na taxa CDI:

	Saldo em 2023	Cenário II - provável (i)	Cenário II - 25% (ii)	Cenário II - 50% (iii)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				
Queda do CDI	93.980	8.458	6.344	4.229
Impacto no resultado	-	-	(2.115)	(4.229)
Taxa		9,00%	6,75%	4,50%

(i) Considera à taxa CDI de 9,00% para a projeção do cenário provável.

(ii) Considera queda do CDI em 25%.

(iii) Considera queda do CDI em 50%.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	5.523	6.691	5.600	6.726
Certificados de depósitos bancários (CDB) (i)	10.418	88	12.274	1.234
Aplicação saldo conta-corrente (ii)	11.521	7.667	16.076	10.029
Fundos de investimentos (iii)	49.726	72.711	49.887	85.837
	77.188	87.157	83.837	103.826

Referem-se, basicamente, a aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, composto, substancialmente, por:

(i) Certificados de depósito bancários remunerados à taxa de 98% a 102,25% (98% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(ii) Saldo conta corrente remunerados à taxa de 70% a 85% (70% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em compromissadas de terceiros.

(iii) Fundos de Investimentos Financeiros - FIF, cujas rentabilidades variam de 49,97% a 120,47% (51,25% a 109,89% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fundo Cambial (i)	<u>16.792</u>	<u>18.000</u>	<u>16.792</u>	<u>18.000</u>
	<u>16.792</u>	<u>18.000</u>	<u>16.792</u>	<u>18.000</u>

(i) Fundo cambial, de longo prazo, com taxa de -159,11% a 8,91% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (-4,31% a 174% em 2022).

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Duplicatas a receber	143.263	135.665	145.494	136.690
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.726)	(5.006)	(5.734)	(6.031)
	<u>138.537</u>	<u>130.659</u>	<u>139.760</u>	<u>130.659</u>

Para o ano de 2023 o prazo médio de recebimento é de aproximadamente 36 dias na divisão Cimento e 31 dias na divisão Concreto (aproximadamente 37 dias para a divisão Cimento e 32 dias para a divisão Concreto em 2022).

Os vencimentos das contas a receber são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	128.124	124.199	129.347	124.200
Vencidos até 30 dias	4.808	6.412	4.808	6.412
Vencidos de um mês a três meses	1.984	86	1.984	86
Vencidos de três meses a seis meses	89	57	89	57
Vencidos há mais de seis meses	8.258	4.911	9.266	5.935
	143.263	135.665	145.494	136.690

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa do contas a receber de clientes do Grupo e suas controladas são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
No início do exercício	5.006	6.821	6.031	7.966
Adições à provisão para crédito de liquidação duvidosa	153	430	153	430
Baixas/reversão à provisão para crédito de liquidação duvidosa	(433)	(2.245)	(450)	(2.365)
No final do exercício	4.726	5.006	5.734	6.031

A exposição do Grupo a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas a receber, bem como às políticas de gerenciamento de tais riscos são divulgadas na nota explicativa nº 4.1.b.

8. ESTOQUES

	Controladora	
	2023	2022
Produtos acabados	7.252	8.055
Produtos em elaboração	45.519	29.965
Matérias-primas	10.779	7.453
Material de embalagem	1.065	654
Materiais combustíveis	15.176	21.213
Materiais para manutenção de equipamentos e veículos	54.762	35.617
Materiais auxiliares e de consumo	7.378	4.513
Provisão para obsolescência (i)	(2.986)	(2.190)
	<u>138.945</u>	<u>105.280</u>
	Consolidado	
	2023	2022
Produtos acabados	7.252	8.055
Produtos em elaboração	45.519	29.965
Matérias-primas	10.779	7.453
Material de embalagem	1.065	654
Materiais combustíveis	15.176	21.213
Materiais para manutenção de equipamentos e veículos	54.762	35.617
Materiais auxiliares e de consumo	7.435	4.513
Provisão para obsolescência (i)	(2.986)	(2.190)
	<u>139.002</u>	<u>105.280</u>

(i) A Companhia realiza, em bases anuais, análise nos estoques com o objetivo de identificar itens sem previsão de consumo, obsoletos, vencidos, fora de uso. As análises identificaram a necessidade de complementar a provisão no valor total de R\$ 796 no exercício de 2023 (provisão de R\$ 187 em 2022), conforme demonstrado pela movimentação no quadro abaixo.

Saldo no início do exercício
Reversão de provisões
Constituição de provisões
Saldo no final do exercício

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

PIS	
COFINS	
Imposto de renda (i)	
Contribuição social (i)	
Crédito de ICMS sobre ativo imobilizado (CIAP)	
Outros	

Circulante
Não circulante
(i) Refere-se substancialmente a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamentos diversos (fornecedores, salários, etc.) (i)	22.699	7.079	10.553	7.248
Despesas do exercício seguinte (seguros)	1.187	2.332	1.191	2.332
Ação Controverso Banco Central-Precatórios (ii)	7.475	—	7.475	—
Adiantamento para importação	—	10.773	—	10.773
Outras contas a receber	1.944	2.637	1.580	2.990

Circulante
Não circulante

(i) A Companhia realizou adiantamentos, no montante de R\$ 13.500, para aumento no investimento junto a controlada Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.

(ii) Ação Controverso, oriunda da Ação de Execução nº 50085747520104047000, em trâmite na 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba/PR., em face do Banco Central do Brasil, na qual buscou obter a diferença da correção monetária dos valores bloqueados em razão dos planos cruzados novos, verão e Collor.

11. INVESTIMENTOS

a) Composição do saldo

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.	57.679	49.398	—	—
Itambé Energética S.A.	5.096	8.085	—	—
Itá Energética S.A.	<u>9.066</u>	<u>9.719</u>	<u>9.066</u>	<u>9.719</u>
	<u>71.841</u>	<u>67.202</u>	<u>9.066</u>	<u>9.719</u>

b) Informações sobre investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2023:

	Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.	Itambé Energética S.A.
Patrimônio líquido		
Capital social	37.414	4.044
Reservas de lucros	20.848	1.052
Total do patrimônio líquido	<u>58.262</u>	<u>5.096</u>
Lucro líquido do exercício	<u>8.365</u>	<u>16.010</u>
Participações da Companhia - ações ordinárias	37.040	11.114
Percentual de participação no capital total - %	99	100

12. IMOBILIZADO

a) Controladora

	Terrenos	Edificações, instalações e benfeitorias imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Imobilizado de peças para reposição	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2021									
Custo	3.723	558.120	608.595	70.380	3.388	32.053	45.041	5.601	1.326.901
Depreciação acumulada	-	(222.206)	(325.368)	(46.674)	(2.827)	-	-	(3.304)	(600.379)
Saldo contábil, líquido	<u>3.723</u>	<u>335.914</u>	<u>283.227</u>	<u>23.706</u>	<u>561</u>	<u>32.053</u>	<u>45.041</u>	<u>2.297</u>	<u>726.522</u>
Em 31 de dezembro de 2022									
Saldo inicial	3.723	335.914	283.227	23.706	561	32.053	45.041	2.297	726.522
Transferências	-	10.524	29.452	52	75	(28.319)	(12.438)	654	-
Aquisições	781	39	22.620	22.429	39	66.622	8.854	403	121.787
Baixas de custo	-	(2)	(2.947)	(5.686)	(11)	(2.042)	(53)	(82)	(10.823)
Transferência depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas de depreciação acumulada	-	2	1.906	5.056	10	-	-	74	7.048
Depreciação	-	(17.837)	(40.627)	(3.648)	(77)	-	-	(736)	(62.925)
Saldo contábil, líquido	<u>4.504</u>	<u>328.640</u>	<u>293.631</u>	<u>41.909</u>	<u>597</u>	<u>68.314</u>	<u>41.404</u>	<u>2.610</u>	<u>781.609</u>
Em 31 de dezembro de 2022									
Custo	4.504	568.681	657.720	87.175	3.491	68.314	41.404	6.576	1.437.865
Depreciação acumulada	-	(240.041)	(364.089)	(45.266)	(2.894)	-	-	(3.966)	(656.256)
Saldo contábil, líquido	<u>4.504</u>	<u>328.640</u>	<u>293.631</u>	<u>41.909</u>	<u>597</u>	<u>68.314</u>	<u>41.404</u>	<u>2.610</u>	<u>781.609</u>
Em 31 de dezembro de 2023									
Saldo inicial	4.504	328.640	293.631	41.909	597	68.314	41.404	2.610	781.609
Transferências	-	32.149	42.115	265	240	(68.933)	(6.455)	619	-
Aquisições	-	-	30.689	19.061	87	179.749	11.117	384	241.087
Baixas de custo	-	-	(7.602)	(861)	(56)	(841)	(81)	(74)	(9.515)
Baixas de depreciação acumulada	-	343	2.803	685	51	-	-	63	3.945
Depreciação	-	(19.211)	(41.003)	(5.661)	(90)	-	-	(811)	(66.776)
Saldo contábil, líquido	<u>4.504</u>	<u>341.921</u>	<u>320.633</u>	<u>55.398</u>	<u>829</u>	<u>178.289</u>	<u>45.985</u>	<u>2.791</u>	<u>950.350</u>
Em 31 de dezembro de 2023									
Custo	4.504	600.830	722.922	105.640	3.762	178.289	45.985	7.505	1.669.437
Depreciação acumulada	-	(258.909)	(402.289)	(50.242)	(2.933)	-	-	(4.714)	(719.087)
Saldo contábil, líquido	<u>4.504</u>	<u>341.921</u>	<u>320.633</u>	<u>55.398</u>	<u>829</u>	<u>178.289</u>	<u>45.985</u>	<u>2.791</u>	<u>950.350</u>
Taxa anual média de depreciação - %	-	3	6	5	2	-	-	11	-

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Itá Energética S.A.
c) Informação de coligada em 31 de dezembro de 2023	
Patrimônio líquido	
Capital social	350.136
Reservas de lucros	12.488
Total do patrimônio líquido	<u>362.624</u>
Lucro líquido do exercício	<u>9.681</u>
Participações da Companhia - ações ordinárias	13.005
Percentual de participação no capital total - %	2,5
Em função do aspecto estratégico do suprimento de energia elétrica para suas atividades, a Companhia participa com 2,5% no capital social da Itá Energética S.A., integrando o consórcio constituído para a construção e exploração da Usina Hidrelétrica de Itá, nos municípios de Itá e Aratiba, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.	
A concessão para a exploração é até dezembro de 2032. Devido à influência exercida no processo decisório do consórcio, o investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.	
d) Evolução dos investimentos (Controladora)	

	Controladora			
	Itambé Energética S.A.	Itá Energética S.A.	Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.	Total
Em 31 de dezembro de 2021	6.468	9.587	55.603	71.658
Dividendos recebidos (a receber)	(14.900)	(67)	(7.920)	(22.887)
Resultado de equivalência patrimonial	16.518	199	1.715	18.431
Em 31 de dezembro de 2022	8.086	9.719	49.398	67.202
Dividendos recebidos (a receber)	(19.000)	(895)	-	(19.895)
Resultado de equivalência patrimonial	16.010	242	8.280	24.533
Em 31 de dezembro de 2023	5.096	9.066	57.679	71.841

	Itá Energética S.A.
e) Evolução dos investimentos (Consolidado)	
Em 31 de dezembro de 2021	9.587
Dividendos	(67)
Resultado de equivalência patrimonial	<u>199</u>
Em 31 de dezembro de 2022	9.719
Dividendos	(895)
Resultado de equivalência patrimonial	<u>242</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u>9.066</u>

f) Outras informações sobre os investimentos
Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.

Em 12 de novembro de 2019, a Cia. de Cimento Itambé e a coligada Sita Transporte de Cargas S.A., constituíram investimento na Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda., que tem por objeto social a administração de bens exclusivamente próprios, compreendendo a compra e venda e a locação de bens imóveis próprios; a incorporação de empreendimentos imobiliários; o cultivo de mudas em viveiros florestais; a extração de madeiras em florestas plantadas; o comércio atacadista de madeira e produtos derivados; atividades de apoio à produção florestal e a participação no capital social de outras empresas, como investidora, acionista ou quotista. A Cia. de Cimento Itambé participa com 99% no capital da Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.

Itá Energética S.A.

Em função do aspecto estratégico do suprimento de energia elétrica para suas atividades, a Cia. de Cimento Itambé participa com 2,5% no capital social da Itá Energética S.A., integrando o consórcio constituído para a construção e exploração da Usina Hidrelétrica de Itá, nos municípios de Itá e Aratiba, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A concessão para a exploração é até dezembro de 2032. Devido à influência exercida no processo decisório do consórcio, o investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Itambé Energética S.A.

A Cia. de Cimento Itambé participa com 100% no capital social da Itambé Energética S.A., que tem como atividade a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, autorizada a operar pela Resolução nº 301, de 16 de agosto de 2000, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).



CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ

CNPJ nº 76.630.573/0001-60

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS.

c) Riscos possíveis, não provisionados no balanço

Ação anulatória contra a condenação da Companhia no âmbito do CADE: Em 2006, a então Secretária de Direito Econômico-SDE, instaurou processo administrativo envolvendo o Sindicato da Indústria do Cimento, algumas associações do setor (cimento e concreto), e algumas empresas fabricantes de cimento no Brasil, incluindo a Companhia. Nesse processo alega práticas anticompetitivas das diversas empresas e associações, incluindo a acusação de formação de cartel.

Em 22 de janeiro de 2014, o CADE deu início ao julgamento do processo e, em 28 de maio de 2014, após suspender a primeira sessão de julgamento, proferiu decisão no processo administrativo, impondo à Companhia o pagamento de multa no valor de R\$ 88.000, entre outras penalidades. Em 05 de outubro de 2015 o CADE certificou o trânsito em julgado do processo nº 08012.011142/2006-79, cuja ata de julgamento foi publicada no Diário Oficial da União de 22 de setembro de 2015, seção 1, pág. 30.

A Administração da Companhia não concordou com nenhuma das condenações que lhe foram impostas, no âmbito administrativo, por entender que não houve infração à ordem econômica, razão pela qual não deveria estar sujeita a quaisquer sanções ou penalidades. Nesse sentido, tem confiança de que demonstrará perante o Poder Judiciário o equívoco cometido no posicionamento do CADE.

Em 27 de agosto de 2015, a Companhia ajuizou Ação Anulatória nº 5043795-46.2015.4.04.7000, em trâmite na 6ª Vara Federal da Seção Judiciária de Curitiba/PR, que tem por objeto a anulação de decisão proferida pelo CADE no âmbito do citado processo Administrativo nº 08012.011142/2006-79, notadamente no que diz respeito à condenação da Companhia por suposta prática de cartel nos mercados de cimento e serviço de concretagem.

Após contestação do CADE, foi deferida a suspensão das seguintes penalidades e obrigações impostas à Companhia naquela decisão: (a) pagamento de multa; e (b) alienação de 20% dos ativos de serviço concretagem em condições específicas.

Em 31 de dezembro de 2023 o valor da causa está estimado em R\$ 179.526.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos acerca do estágio do processo, classifica a perda como possível.

No contexto do processo administrativo do CADE, foram ajuizadas Ações Cíveis Públicas em face das empresas que constaram no Processo Administrativo: a) em 2012, pelo Ministério Público do Rio Grande do Norte; e b) em 2017, pelo Sindicato da Indústria de Construção Civil de Minas Gerais; c) em 2021 pelo Ministério Público de São Paulo. Igualmente, em 2018, o Ministério Público do Paraná ajuizou Ação Civil Pública em face exclusivamente da Cia. de Cimento Itambé.

Ainda no contexto do referido processo administrativo, também correm contra a Cia. de Cimento Itambé e as mesmas empresas que constaram no processo administrativo algumas ações indenizatórias. De acordo com as informações dos consultores jurídicos da Companhia, o valor e o desenvolvimento das ações ainda são incertos, dada a indeterminação da maioria dos pedidos, a fase atual dos processos e a atuação regional da Companhia limitada aos Estados localizados na região sul do país.

Os processos cujas probabilidades de perda classificadas como possíveis pelos assessores jurídicos externos, somam, em 31 de dezembro de 2023, R\$ 33.580 (R\$ 24.903 em 2022) e são de natureza cíveis, trabalhistas e tributárias, conforme composição abaixo:

	2023	2022
Cíveis (i)	9.238	131
Trabalhistas	2.114	2.081
Tributárias	22.228	22.691
	33.580	24.903

(i) Ação de execução de título extrajudicial nº 0024093-37.2022.8.16.0001, em trâmite na 5ª Vara Cível da Comarca de Curitiba/PR, no valor de R\$ 9.128.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da rubrica de outras contas a pagar está apresentado:

	2023	2022	2023	2022
Compra de energia elétrica	9.925	8.767	9.925	8.767
Provisão desmobilização da mina (i)	2.490	2.520	2.490	2.520
Provisão para honorários (ii)	2.047	1.887	2.047	1.887
Outros	4.932	5.196	6.503	6.885
	19.394	18.370	20.965	20.059
Circulante	15.690	15.850	17.261	17.539
Não circulante	3.704	2.520	3.704	2.520

(i) Provisão para desmobilização de mina que, sob o ponto de vista ambiental, trata-se de obrigações futuras de restaurar e recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes.

(ii) Refere-se substancialmente à provisão para honorários advocatícios relativos à tese da exclusão do ICMS e ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

21. CONTRATOS DE ARRENDAMENTOS

	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	17.702	17.778	6.449	2467
Adições	4.977	7.737	4.392	6.522
Liquidação do principal	(7.309)	(6.465)	(1.903)	(1.863)
Liquidação dos juros	(1.401)	(1.348)	(888)	(677)
Saldo no final do exercício	13.969	17.702	8.050	6.449
Circulante	8.614	7.721	2.695	1.029
Não circulante	5.355	9.981	5.355	5.420

Há contratos de locação de imóveis entre a controladora e a controlada Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda. no valor total de R\$ 5.919 (R\$ 11.253 em 2022), os quais são eliminados para fins de consolidação.

a) Composição e movimentação do passivo de arrendamento

	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	17.702	17.778	6.449	2467
Adições	4.977	7.737	4.392	6.522
Liquidações	(8.710)	(7.813)	(2.791)	(2.540)
Saldo no final do exercício	13.969	17.702	8.050	6.449

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é de R\$ 463.918, totalmente subscrito e integralizado e está composto de 28.020.506.870 ações ordinárias nominativas sem valor nominal ("Ações"). Em qualquer hipótese, na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas ("Acionistas") terão direito de preferência para a subscrição de aumentos de capital, observado o disposto no art. 171 da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Dividendos propostos

Aos acionistas são destinados dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, conforme artigo 33, inc. II do Estatuto Social consolidado pela 49ª Assembleia Geral Extraordinária de 25 de agosto de 2016. Na 380ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$ 103.000, sendo que: (i) R\$ 61.000 foram pagos em 12 de dezembro de 2023; e (ii) R\$ 42.000 serão pagos em 12 parcelas durante o ano de 2024.

d) Reserva de retenção de lucros

Refere-se à reserva constituída pela apropriação de lucros remanescentes da Companhia, após as destinações estabelecidas na Lei societária e deliberações do Conselho de Administração.

e) Remuneração complementar

Até 5% (cinco por cento) do saldo do lucro líquido poderá ser atribuído à remuneração complementar dos administradores, obedecidas às determinações e limitações legais previstas no artigo 152 e seus parágrafos, da Lei das S.A.

f) Ajuste de avaliação patrimonial

A investida Itá Energética S.A. optou por reavaliar seus ativos imobilizados pelo custo atribuído "deemed cost". A adoção desta reavaliação resultou no reconhecimento de um ajuste de avaliação reflexa na Companhia no valor de R\$ 81 em 2023 (R\$ 82 em 2022).

g) Reserva para investimentos

A Administração aprovou a constituição de reserva para investimentos com o objetivo de fazer frente ao projeto de investimento da modernização da linha 1, em 2023 no valor de R\$ 114.057 e em 2022 no valor de R\$ 89.295. Após a conclusão do projeto acima citado, a Administração irá deliberar a destinação desta reserva.

23. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido com os montantes utilizados para calcular o lucro por ação:

	2023	2022
Lucro Líquido alocado disponível para os acionistas em milhares de R\$	218.271	198.292
Quantidade de ações ordinárias (Em milhares)	28.020.507	28.020.507
Lucro por ação - em R\$	0,0078	0,0071

A Companhia não possui situações que possam impactar no lucro líquido por ação.

24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	2023	2022	2023	2022
Receita operacional bruta				
Venda de produtos	1.000.256	1.016.982	1.001.395	1.019.365
Venda de serviços	589.079	485.829	589.079	485.829
Impostos e deduções sobre as vendas e serviços prestados	(303.563)	(283.262)	(304.605)	(283.349)
Receita líquida	1.285.772	1.219.549	1.285.869	1.221.845
	2023	2022	2023	2022

Valor justo dos ativos biológicos

Ajuste a valor justo do ativo biológico	(1.556)	2.319	2.142	(1.059)
Receita líquida	(1.556)	2.319	2.142	(1.059)

25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2023	2022	2023	2022
Despesas com salários, encargos, benefícios e desenvolvimento de pessoas	168.765	145.892	169.763	146.832
Variações de estoques, matérias-primas, combustíveis, materiais de consumo, embalagens e manutenção	546.679	555.950	546.679	556.820
Serviços de limpeza, manutenção e reparos de equipamentos	70.367	53.815	70.613	53.999
Energia elétrica	88.902	88.436	88.902	88.436
Depreciação, amortização e exaustão	76.534	56.059	71.876	63.974
Outros serviços, custos e despesas	46.514	70.610	28.588	41.305
Total de custos, despesas gerais e administrativas	997.761	970.762	976.422	951.366
Custo das vendas e dos serviços	905.700	889.003	883.282	868.985
Despesas gerais e administrativas	64.864	53.652	65.943	54.274
Despesas com vendas	27.197	28.107	27.197	28.107
	997.761	970.762	976.422	951.366

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	2023	2022	2023	2022
OPERACIONAIS				
Revenda de materiais	324	192	324	192
Provisão para contingências	(3.434)	(1.638)	(3.434)	(1.638)
Reversão (Provisão) de créditos para liquidação duvidosa	280	1.815	297	1.935
Provisão estoque obsoleto	(796)	(188)	(796)	(188)
Crédito de PIS e COFINS (i)	9.737	9.366	9.737	9.366
Outras receitas (despesas) líquidas	(238)	101	(222)	163
	5.873	9.648	5.906	9.830

OUTRAS

Resultado na venda de imobilizado	(1.184)	3.468	(1.184)	3.468
Recuperação de Processos Judiciais	-	421	-	421
Doações incentivadas	(3.352)	(2.433)	(3.352)	(2.433)
Ganho AVJ - Ativo não Circulante mantido para venda	165	431	165	431
Outras receitas (despesas) líquidas	246	(367)	229	(429)
	(4.125)	1.520	(4.142)	1.458
	1.748	11.168	1.764	11.288

(i) Refere-se a créditos de PIS e da COFINS apurados sobre aquisições de ativos

27. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	2023	2022	2023	2022
Rendimentos de aplicações financeiras	7.734	8.243	9.750	10.889
Atualização de depósitos judiciais	1.769	4.980	1.723	5.061
Controverso ação Banco Central-Precatórios (i)	7.475	-	7.475	-
Outras receitas financeiras	1.747	2.047	1.759	2.052
Total de receitas financeiras	18.725	15.270	20.707	18.002
Encargos sobre financiamentos	(6.218)	(4.108)	(6.218)	(4.108)
Varição monetária passiva	(4.089)	(2.841)	(4.089)	(2.841)
Despesas com juros IFRS 16	(1.396)	(1.348)	(1.396)	(1.348)
Tarifas bancárias/IOF/juros	(2.700)	(821)	(2.700)	(821)
Outras despesas financeiras	(1.632)	(1.026)	(1.656)	(1.033)
Total de despesas financeiras	(16.035)	(10.144)	(16.059)	(10.151)
Resultado financeiro, líquido	2.690	5.126	4.648	7.851

(i) Controverso processo Banco Central do Brasil - Autos de cumprimento de sentença 5008574-75.2010.4.04.7000, nos quais foram pleiteados: a) a proibição do bloqueio de valores depositados em diversas instituições financeiras, bloqueio este oriundo dos planos Cruzados Novos, Plano Verão (1989 e 1990) e Plano Collor I e II (1990 e 1991); b) restituição de recursos bloqueados convertidos em cruzeiros; c) indenização para reposição da diferença da remuneração estipulada para os cruzados novos bloqueados (Lei 8.024/90 e Lei nº 8.177/91).

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo reconhece créditos e débitos tributários que não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes principalmente de provisões para diferenças entre caixa e competência e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	2023	2022
Diferenças temporárias		
Diferença depreciação contábil/fiscal (Passivo)	(126.758)	(118.983)
Cred. PIS/COFINS s/ ICMS	8.008	6.259
Provisão de energia elétrica	7.378	6.588
Provisão para obsolescência	1.512	717
Outras provisões	11.229	9.059
Total	(98.630)	(96.360)
Alíquota combinada	34%	34%

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Imposto de renda (alíquota 25%) e contribuição social (alíquota 9%) sobre diferenças temporárias	(33.535)	(32.762)
Composição		
Impostos diferidos - ativo	9.562	7.692
Impostos diferidos - passivo	(43.098)	(40.454)
b) Imposto de renda e contribuição social		

	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda - corrente	(70.007)	(59.197)	(71.850)	(61.204)
Contribuição social - corrente	(26.376)	(22.136)	(27.266)	(23.039)
	(96.383)	(81.333)	(99.116)	(84.243)

	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda - diferido	(568)	(4.563)	(568)	(4.563)
Contribuição social - diferido	(204)	(1.643)	(204)	(1.643)
	(772)	(6.206)	(772)	(6.206)

	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social	(97.155)	(87.539)	(99.888)	(90.449)
Lucro antes do imposto de renda	315.426	285.831	318.243	288.758
Alíquota IRPJ (25%)	25%	25%	25%	25%
	78.857	71.458	79.561	72.190

Efeito fiscal sobre adições e exclusões permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(6.133)	(4.608)	(61)	(50)
Efeito diferença de tributação presumido das controladas	-	-	(6.702)	(3.283)
Outros	29	(4.649)	29	(4.649)
Benefício fiscal (PAT)	(1.325)	(571)	(1.325)	(571)
Doações	(3.329)	(2.433)	(3.329)	(2.433)
Total	(10.759)	(12.261)	(11.388)	(10.986)
Total	68.097	59.197	68.172	61.204

IRPJ no resultado:				
Corrente	(70.007)	(59.197)	(71.850)	(61.204)
Diferido	(568)	(4.563)	(568)	(4.563)
Valor total no resultado	(70.575)	(63.760)	(72.418)	(65.767)
Lucro antes da contribuição social sobre o lucro	315.426	285.831	318.243	288.758
Alíquota IRPJ (9%)	9%	9%	9%	9%
	28.388	25.725	28.642	25.988

Efeito fiscal sobre adições e exclusões permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(2.208)	(1.659)	(22)	(18)
Efeito diferença de tributação presumido das controladas	-	-	(2.187)	(1.002)
Outros	139	(1.930)	139	(1.930)
Total	(2.069)	(3.589)	(2.070)	(2.950)
Total	26.319	22.136	26.572	23.039

CSLL no resultado:				
Corrente	(26.376)	(22.136)	(27.266)	(23.039)
Diferido	(204)	(1.643)	(204)	(1.643)
Valor total no resultado	(26.580)	(23.779)	(27.470)	(24.682)

As controladas Itambé Energética S.A. e Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda., calculam e recolhem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com base no regime de tributação do lucro presumido.

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos administradores

A remuneração paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 aos Conselheiros e Diretores, totalizou R\$ 8.969 na controladora (R\$ 8.127 em 2022) e R\$ 9.583 no consolidado (R\$ 8.717 em 2022).

Essa remuneração contempla honorários, participação nos resultados e gratificações. A Companhia a suas controladas não tem dívidas contraídas relativas a planos de pensão ou a outro tipo de remuneração complementar com a Administração.

b) Dividendos a receber

	2023	2022	2023	2022
Itá Energética S.A.	942	47	942	47
	942	47	942	47

c) Dividendos a pagar

	2023	2022	2023	2022
Sirama Participações Societárias Ltda.	41.330	41.330	41.330	41.330
Outros acionistas	676	670	676	670
	42.006	42.000	42.006	42.000

d) Demais saldos com partes relacionadas

Em 2023, a Companhia contratou serviços de transporte de carga, aquisição de energia elétrica, locação de imóveis e serviços de coprocessamento com partes relacionadas, demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
	Compras	Compras
Sita Transporte de Cargas S.A.	63.474	57.904
Itambé Energética S.A.	39.159	40.995
Rio Bonito Soluções em Coprocessamento Ltda.	5.732	5.557
Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.	6.319	5.993
	114.685	110.449



CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ

CNPJ nº 76.630.573/0001-60

★ continuação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rubens Slaviero
Conselheiro-Presidente

Cláudio Gomes Slaviero
Conselheiro-Vice-Presidente

Eduardo de Araújo Gomes
Conselheiro-Vice-Presidente

Virgílio Moreira Filho
Conselheiro-Vice-Presidente

Alexandre Chueri Neto
Conselheiro

Edson de Araújo Gomes
Conselheiro

Emiliano Araújo de Matos
Conselheiro

Luiz Vilar de Carvalho
Conselheiro

Nelson Luis Slaviero
Conselheiro

Newton Slaviero Junior
Conselheiro

Sérgio Slaviero
Conselheiro

DIRETORIA

Luis Sérgio Gandolfi
Diretor-Superintendente

Fábio Luiz Monteiro Garcia
Diretor Industrial

Francisco Fernandes Castro Filho
Diretor Financeiro

Jefferson Bednarz Biehl
CRC PR-041380/O-2

Márcio Ferreira Lobo
Diretor Comercial

Ricardo Corrêa Israel
Diretor da Divisão Concreto

Rodrigo Pereira Dias
Diretor Administrativo e Jurídico

CONTADOR

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores e Acionistas da
Cia. de Cimento Itambé

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cia. de Cimento Itambé ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cia. de Cimento Itambé em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes examinados por outros auditores independentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório, em 21 de março de 2023, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como

necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o

objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia e de suas controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e de suas controladas e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Otávio Ramos Pereira

Contador

CRC nº 1 RS 057770/O-2

Deloitte.



Gestão
Ambiental
Itambé



Assessoria
Técnica
Itambé

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

A Rec Log Araucária Empreendimentos e Participações S.A. (CNPJ:32.480.672/0001-38) torna público que recebeu do Instituto Água e Terra, a Licença Prévia - LP, com validade de 12/04/2026, para a atividade de armazenamento e atividades auxiliares dos transportes situada na Rua Cesar Hasselman, nº1109 - Fazenda Velha - Araucária - Paraná (CEP:83.704-512).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 012/2024 INEXIGIBILIDADE 90028/2024

OBJETO: Credenciamento de empresas para prestação de serviços de mecânica geral linha leve, média e pesada, sem fornecimento de peças, com utilização do sistema Tempário.

VALOR: R\$ 841.990,00 (oitocentos e quarenta e um mil, novecentos e noventa reais).

PROTOCOLO DO ENVELOPE: dia 17 de abril de 2024 até o dia 17 de abril de 2025.

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS: 08 de maio de 2024, às 08h30 min, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Prudentópolis.

INFORMAÇÕES: O edital poderá ser obtido no site www.prudentopolis.pr.gov.br, e demais informações junto ao Depto de Licitações da Prefeitura Municipal de Prudentópolis, localizado na Rua Rui Barbosa, nº 801, Centro, Prudentópolis-Pr, CEP 84400-000, licitaprude@prudentopolis.pr.gov.br, fone 0800 808 0130 de segunda à sexta-feira, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas.

Maricleia Grzeszezyszen
Membro da CPL

EDITAL DE CITAÇÃO DE INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS OU DESCONHECIDOS E DAQUELE EM CUJO NOME PORVENTURA ESTEJA TRANSCRITA A ÁREA USUCAPIENDA, BEM COMO OS CONJUGES DOS QUE FOREM CASADOS E EVENTUAIS HERDEIROS OU SUCESSORES DOS FALECIDOS, COM O PRAZO DE VINTE (20) DIAS. Edital de citação de interessados ausentes, incertos ou desconhecidos e daquele em cujo nome porventura esteja transcrita a área usucapienda, bem como os cônjuges dos que forem casados e eventuais herdeiros ou sucessores dos falecidos, para, querendo, no prazo de quinze (15) dias, contestarem a ação de **USUCAPIÃO** sob nº **00016087-70.2021.8.16.0035**, promovida por **SIMONE PISSAIA BEGER**, inscrita no CPF/MF sob nº 873.558.929-91, **NILSE TERESINHA PISSAIA SETIM**, inscrita no CPF/MF sob nº 672.002.309-87, **MARILIA PISSAIA**, inscrita no CPF/MF sob nº 018.496.129-78, **SILVIA PISSAIA ZEN**, inscrita no CPF/MF sob nº 752.060.139-00, **NEIDE MARIA PISSAIA MAOSKI**, inscrita no CPF/MF sob nº 442.666.939-15 e **PAULO PISSAIA**, inscrito no CPF/MF sob nº 043.304.089-02, em trâmite perante o Juízo e Cartório da 2ª Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de São José dos Pinhais/PR, que tem por objeto o reconhecimento do domínio sobre a área de terras medindo 50.074,44m2, localizada na Rua Julio Cesar Setenareski, sem número, no lugar denominado Colônia Mergulhão, deste Município de São José dos Pinhais/PR. Referido imóvel confronta com lotes de propriedades de Divanir Bim Pissai, Nadir Pissai, Nilse Teresinha Pissai Setim e com uma rua municipal. Os Cartórios do 1º e 2º Ofícios de registros de Imóveis desta cidade forneceram certidões (movimento 1.23) atestando a situação do imóvel acima referido. **ADVERTÊNCIA:** Presumem-se aceitos, como verdadeiros, os fatos alegados na inicial, se não contestados no prazo de lei (art. 344 do CPC), cujo prazo fluirá da data da primeira publicação do presente edital. Em caso de revelia, será nomeado curador especial, na forma do art. 72, parágrafo 2º do CPC. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam alegar ignorância, foi expedido o presente edital a ser afixado no lugar de costume do juízo e publicado pela imprensa, na forma da lei. São José dos Pinhais, 1º de abril de 2024. Eu, Ivete Marly Hahn - Juramentada (Portaria 03/2019), que o digitei e subscrevi. ELIANA SILVEIRA DA ROSA Escrivã

MUNICÍPIO DE CIANORTE

Aviso de Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 010/2024
O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitações, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que com autorização do Exmo. Sr. Prefeito, e de acordo com a legislação em vigor, que fará realizar, na Sala da Divisão de Licitações, sito no Centro Cívico nº 100, Cianorte, Paraná, PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, com o seguinte objeto: **Aquisição de combustíveis, óleos e arla 32.** Credenciamento até as 08h30min do dia 02 de Maio de 2024 através do site www.licitacoes.caixa.gov.br; o recebimento das propostas até as 9hrs do dia 02 de Maio de 2024; início da sessão às 9hrs do dia 02 de Maio de 2024; oferecimento de lances a partir das 09h30 do dia 02 de Maio de 2024. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, bem como informações quanto a quantidades, prazos, valores estimados e demais condições estão disponíveis no endereço acima ou pelo site <http://ip.cianorte.pr.gov.br:8082/portalttransparencia/licitacoes>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro. Fone: (44) 3619-6332 ou (44) 3619-6209. Cianorte, em 15 de Abril de 2024.

Gilberto Yoshio Matuo
Chefe da Divisão de Licitação

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA 11ª VARA CÍVEL DE CURITIBA – PROJUDI Avenida Cândido de Abreu, 535 - 11º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-000 - Fone: 41 3222-2476 - Celular: (41) 99866-3548 - E-mail: onzecivel@gmail.com Autos nº. 0006507-50.2023.8.16.0001 EDITAL DE CITAÇÃO dos réus em lugar incerto e dos eventuais interessados, devendo ser observados os requisitos do art. 257 do NCPC, com prazo de vinte (20) dias. Processo: 0006507-50.2023.8.16.0001 Classe Processual: Usucapião Assunto Principal: Usucapião Especial (Constitucional) Valor da Causa: R\$351.100,00 Autor(s): IVONE MONTE MÓR CALLIARI (RG: 50530930 SSP/PR e CPF/CNPJ: 004.950.739-70) Rua Francisco Torres, 742 Apto 102 - Centro - CURITIBA/PR - CEP: 80.060-130 - E-mail: ivonemontemor@icloud.com - Telefone(s): (41) 99623-8206 Réu(s): ESPÓLIO DE ÉZIO ERNESTO CALLIARI (CPF/CNPJ: Não Cadastrado) representado(a) por Iria Calliari (RG: 8737495 SSP/PR e CPF/CNPJ: 393.460.059-04) Rua Saldanha Marinho, 1923 Apto 501 - Bigorriho - CURITIBA/PR - CEP: 80.730-180 Iria Calliari (RG: 8737495 SSP/PR e CPF/CNPJ: 393.460.059-04) Rua Saldanha Marinho, 1923 apto 501 - Bigorriho - CURITIBA/PR - CEP: 80.730-180 A DRA. DANIELLE MARIA BUSATO SACHET, MMª, Juíza de Direito da 11ª Vara Cível da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, FAZ SABER, a quantos o presente edital vierem ou dele tiverem conhecimento que tem curso, neste Juízo da Décima Primeira Vara Cível da Comarca de Curitiba, sito à Av. Cândido de Abreu, 535, 11.º andar, Centro Cívico, autos acima nominados, na qual requer-se declarada a posse e domínio dos autores relativamente aos bem imóveis usucapiendo, sobre o qual vem mantendo posse mansa e pacífica por mais de cinco anos, sendo: Apartamento nº 102 e da Garagem nº 43 localizado à Rua Francisco Torres nº 742, centro, Curitiba/PR, os imóveis acima descritos foram adquiridos pela Autora através de acordo em Ação de Divórcio Consensual, no qual, renunciou parte de seus direitos, com anuência do sogro da Autora, Sr. Ezio Ernesto Calliari, falecido em 17.08.2019, proprietário dos mencionados imóveis, pelo que, com fundamento no artigo 942, do CPC, ficam por este edital, com prazo de vinte (20) dias, a contar da data da primeira publicação no jornal, dos réus em lugar incerto e dos eventuais interessado, citados de todos os termos da ação em referência para que, querendo, no prazo de quinze (15) dias, através de advogado constituído, contestem o feito, sob pena de não o fazendo, serem tidos como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora e de prosseguimento da ação à revelia inclusive com nomeação de curador especial. Dado e passado nesta cidade de Curitiba - PR, oito (08) do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e quatro (2024). Eu(Juclcio Veloso), Escrevente Juramentado, o fiz digitar, conferi e subscrevo. IELLE MARIA BUSATO SACHET Juíza de Direito





SITA TRANSPORTE DE CARGAS S.A.

CNPJ nº 78.759.701/0001-04

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2023

				(Em milhares de reais - R\$ mil)			
		Nota explicativa	2023	2022			
Ativo					Passivo e patrimônio líquido		
Circulante					Circulante		
Caixa e equivalentes caixa	5	3.905	3.467		Fornecedores	11	1.795
Contas a receber de clientes	6	3.272	1.334		Salários e encargos sociais		30
Estoque		152	199		Imposto de renda e contribuição social a pagar		549
Tributos a recuperar	7	1.181	1.294		Adiantamentos de clientes		15
Outras contas a receber	8	477	247		Outros tributos e contribuições		515
		8.987	6.541		Outras contas a pagar		67
Não circulante							
Depósitos judiciais	12.a	573	751		Total do passivo		2.971
		573	751		Patrimônio líquido	13	1.840
Investimento	9	682	581		Capital social		8.409
Imobilizado	10	5.857	6.029		Reserva de capital		15
		7.112	7.361		Reservas de lucros		4.704
Total do ativo		16.099	13.902		Total do patrimônio líquido		13.128
					Total do passivo e patrimônio líquido		16.099

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil)							
	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital Incentivos fiscais	Reservas de lucros Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022		5.909	15	1.182	7.176	-	14.282
Aumento de capital	13.a	2.500	-	-	(2.500)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.780	10.780
Destinação do lucro líquido do exercício							
Reserva legal	13.b	-	-	500	-	(500)	-
Dividendos propostos	13.c	-	-	-	(2.720)	(10.280)	(13.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		8.409	15	1.682	1.956	-	12.062
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.567	10.567
Destinação do lucro líquido do exercício							
Dividendos propostos	13.c	-	-	-	-	(9.500)	(9.500)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	1.067	(1.067)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		8.409	15	1.682	3.023	-	13.128

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Contexto Operacional
A Sita Transporte de Cargas S.A. ("Companhia") tem como atividade principal a prestação de serviços de transportes rodoviários de cargas. Iniciou suas atividades em 11 de abril de 1985.

A Companhia é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Curitiba - PR.

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras foi aprovada em Reunião de Diretoria em 20 de março de 2024.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09, em consonância com o pronunciamento técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no final de cada período de relatório, os quais são mensurados ao valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Continuidade operacional

Os Administradores têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.4. Instrumentos financeiros - compensação

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros básicos, conforme definido na seção 11 do CPC PME (R1). Um instrumento financeiro é um contrato que gera um ativo financeiro para uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de dívida para outra entidade.

De acordo com a seção 11 do CPC PME (R1), os seguintes instrumentos financeiros devem ser classificados como instrumentos financeiros básicos:

- a) Caixa e equivalentes de caixa.
b) Contas a receber e a pagar.

Estão reconhecidos pelo custo amortizado, que se aproxima do valor de mercado em razão de sua natureza de curto prazo.

Reconhecimento

A Companhia reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são mensurados com base no custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

Método da taxa de juros efetiva

Utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo, nos casos aplicáveis, todos os honorários pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas.

2.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue:

	Anos
Veículos	15
Móveis e utensílios	15
Máquinas e equipamentos	10

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.7. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à depreciação ou amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment).

Os ativos que têm vida útil definida são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC - Unidades Geradoras de Caixa).

2.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.10. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base nas determinações do Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração.

2.11. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) na identificação dos contratos (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) com os clientes; (ii) quando puder identificar as obrigações de desempenho; (iii) quando puder determinar

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

				(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto o lucro por ação)			
		Nota explicativa	2023	2022			
Receita de prestação de serviços		15	71.738	69.935			
Custo dos serviços prestados		16	(56.378)	(55.134)			
Lucro bruto			15.360	14.801			
Despesas gerais e administrativas		16	(2.985)	(2.821)			
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		17	19	24			
Resultado de equivalência patrimonial		9.c	102	49			
Lucro operacional antes do resultado financeiro			12.496	12.053			
Receitas financeiras			1.039	1.504			
Despesas financeiras			(225)	(55)			
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		18	814	1.449			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			13.310	13.502			
Imposto de renda e contribuição social correntes		19.a	(2.743)	(2.722)			
Lucro líquido do exercício			10.567	10.780			
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)			8	8			
Lucro líquido, básico e diluído, por ação do capital social no fim do exercício - R\$			1.382	1.410			

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

				(Em milhares de reais - R\$ mil)			
		Nota explicativa	2023	2022			
Lucro líquido do exercício			10.567	10.780			
Outros resultados abrangentes			-	-			
Total do resultado abrangente do exercício			10.567	10.780			

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

				(Em milhares de reais - R\$ mil)			
		Nota explicativa	2023	2022			
Fluxos de caixa das atividades operacionais							
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			13.310	13.502			
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo o caixa							
Depreciação		10	601	567			
Atualização monetária dos depósitos judiciais (Reversão) provisão para créditos de liquidação duvidosa		6	178	(220)			
Resultado de equivalência patrimonial		9.c	(102)	(49)			
			13.986	13.806			
Variações nos ativos e passivos							
Contas a receber de clientes		6	(1.937)	628			
Estoque			47	8			
Tributos a recuperar		7	113	(119)			
Outras contas a receber		8	(230)	(14)			
Fornecedores		11	713	197			
Depósitos Judiciais			-	2.266			
Outros tributos e contribuições			168	(21)			
Salários e encargos			15	(9)			
Outras contas a pagar e adiantamento de clientes			(23)	19			
Caixa proveniente das operações			12.852	16.761			
Imposto de renda e contribuição social pagos			(2.485)	(2.901)			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			10.367	13.860			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos							
Aquisição de bens do ativo imobilizado		10	(429)	(598)			
Dividendos recebidos		9.c	-	97			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			(429)	(501)			
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos							
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia		13.c	(9.500)	(13.000)			
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos			(9.500)	(13.000)			
Aumento do caixa e equivalentes de caixa			438	359			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5	3.467	3.108			
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		5	3.905	3.467			
Transações que não afetaram o caixa							
Aumento de capital social com reservas de lucros		13.a	-	2.500			

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

o preço da transação; (iv) quando puder alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e (v) quando (ou à medida que) a Companhia satisfazer uma obrigação de desempenho.

Venda de serviços de frete

A receita de contratos de prestação de serviços de frete por preço fixo é, em geral, reconhecida no período em que os serviços são prestados, reconhecendo a receita conforme a realização da prestação do serviço de frete.

Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.12. Imposto de renda e contribuição social

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

★ continuação



SITA TRANSPORTE DE CARGAS S.A.

CNPJ nº 78.759.701/0001-04

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais exista fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC - Unidades Geradoras de Caixa).

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados.

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	3.905	3.467

b) Categorias de instrumentos financeiros

	2023	2022
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	3.905	3.467

Custo amortizado

Contas a receber	3.272	1.334
Outras contas a receber	477	247
	3.749	1.581
	7.654	5.048

Passivos conforme o balanço patrimonial

Outros passivos financeiros		
Fornecedores	1.795	1.082
	1.795	1.082

c) Gerenciamento de risco

A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros com a finalidade especulativa.

d) Risco de taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo indexadas ao CDI, as quais estão expostas a flutuações nas taxas de juros. A Companhia não possui contratos de derivativos para se proteger contra esse risco devido à alta liquidez desses instrumentos.

e) Risco de mercado

A Companhia está exposta aos riscos de mercado decorrentes de suas atividades comerciais.

f) Risco de moeda estrangeira

A Companhia não está sujeita a mudanças significativas como resultado dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras.

g) Gestão do risco de liquidez

A Administração da Companhia elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra os detalhes do fluxo de pagamentos dos passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2023:

Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	De 2 a 5 anos	2023 Total
Fornecedores	1.795	–	–	1.795

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa e bancos	71	127
Certificado de depósito bancário - (CDB) (i)	2.547	–
Fundos de créditos (ii)	57	1.979
Aplicação de saldo conta-corrente (iii)	1.230	1.361
	3.905	3.467

Referem-se, basicamente, a aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, composto, substancialmente, por:

(i) Certificados de depósito bancário foram remunerados à taxa de 102,25% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e podem ser resgatados imediatamente sem penalidade de juros.

(ii) O saldo atual é composto por Fundos de Investimentos Financeiros - FIF, remunerados à taxa que variam de 105,24% a 120,53% (97,97% a 107,19% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(iii) Aplicação de saldo conta-corrente remuneradas à taxa de 70% (70% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em compromissadas de terceiros.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2023	2022
Contas a receber de clientes	758	1.073
Contas a receber de parte relacionada (i)	2.670	418
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(156)	(157)
	3.272	1.334

(i) O saldo de contas a receber no valor de R\$ 2.670 (R\$ 418 em 2022) de parte relacionada refere-se aos serviços de frete prestados à Cia. de Cimento Itambé conforme apresentado na nota explicativa nº 20.b.

A análise do vencimento dos saldos do contas a receber de clientes, exceto com partes relacionadas, é apresentada a seguir:

	2023	2022
A vencer	602	916
Vencidos há mais de seis meses	156	157
	758	1.073

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa do contas a receber de clientes são as seguintes:

	2023	2022
No início do exercício	(157)	(151)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	–	(6)
Reversão provisão para crédito de liquidação duvidosa	1	–
No final do exercício	(156)	(157)

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2023	2022
PIS (i)	33	63
COFINS (i)	153	283
IRPJ (ii)	700	666
CSLL (ii)	255	235
CIAP	40	47
	1.181	1.294

(i) Refere-se ao processo de indébito da exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS.

(ii) Refere-se substancialmente ao processo de incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2023	2022
Adiantamentos diversos (fornecedores, salários)	406	233
Contratamento Processo BACEN (i)	42	–
Outras contas a receber	29	14
	477	247

(i) Ação controverso, oriundo da Ação de Execução nº 50085747520104047000, em trâmite na 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba/PR, em face do Banco Central do Brasil, na qual buscou obter a diferença da correção monetária dos valores bloqueados em razão dos planos cruzados novos, verão e Collor.

9. INVESTIMENTO

a) Composição do saldo

	2023	2022
Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.	582	499
Rio Bonito Soluções em Coprocessamento Ltda.	100	82
	682	581

b) Informações sobre investimentos em 31 de dezembro de 2023

	Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.	Rio Bonito Soluções em Coprocessamento Ltda.
Patrimônio líquido		
Capital social	37.414	4.123
Reservas de lucros	20.848	5.850
Total do patrimônio líquido	58.262	9.973
Lucro líquido do exercício	8.365	1.731
Percentual de participação no capital total - %	1	1

c) Evolução dos investimentos em 2023

	Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.	Rio Bonito Soluções em Coprocessamento Ltda.	Total
Em 31 de dezembro de 2021	561	69	630
Dividendos recebidos (a receber)	(80)	(17)	(97)
Resultado de equivalência patrimonial	18	30	49
Em 31 de dezembro de 2022	499	82	581
Resultado de equivalência patrimonial	83	18	101
Em 31 de dezembro de 2023	582	100	682

d) Outras informações sobre os investimentos

Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.

Em 12 de novembro de 2019, a Companhia e a parte relacionada Cia. de Cimento Itambé, constituíram investimento na Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda., que tem por objeto social a administração de bens exclusivamente próprios, compreendendo a compra e venda e a locação de bens imóveis próprios; a incorporação de empreendimentos imobiliários; o cultivo de mudas em viveiros florestais; a extração de madeiras em florestas plantadas; o comércio atacadista de madeira e produtos derivados; atividades de apoio à produção florestal e a participação no capital social de outras empresas, como investidora, acionista ou quotista. A Companhia participa com 1% no capital da Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.

Rio Bonito Soluções em Coprocessamento Ltda.

Em 6 de fevereiro de 2013, a Companhia constituiu investimento na Rio Bonito Soluções em Coprocessamento Ltda., que tem como atividades a prestação de serviços de coprocessamento, mistura e pré-condicionamento de resíduos com finalidade de destinação final; serviços de gestão de resíduos; serviços de licenciamento ambiental; serviços de análises laboratoriais; e, comércio atacadista de resíduos e sucatas. A Companhia participa com 1% no capital da Rio Bonito Soluções de Coprocessamento Ltda.

10. IMOBILIZADO

	Móveis e Veículos	utensílios	Máquinas e equipa- mentos	Imobili- zado em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2022					
Saldo inicial	5.390	133	392	83	5.998
Aquisições	–	–	358	240	598
Transferência	83	209	–	(292)	–
Depreciação	(497)	(20)	(50)	–	(567)
Saldo contábil, líquido	4.976	322	700	31	6.029
Em 31 de dezembro de 2022					
Custo	10.942	381	890	31	12.244
Depreciação acumulada	(5.966)	(59)	(190)	–	(6.215)
Saldo contábil, líquido	4.976	322	700	31	6.029
Em 31 de dezembro de 2023					
Saldo inicial	4.976	322	700	31	6.029
Aquisições	–	9	420	–	429
Transferência	–	–	31	(31)	–
Depreciação	(498)	(28)	(75)	–	(601)
Saldo contábil, líquido	4.478	303	1.076	–	5.857
Em 31 de dezembro de 2023					
Custo	10.942	390	1.341	–	12.673
Depreciação acumulada	(6.464)	(87)	(265)	–	(6.816)
Saldo contábil, líquido	4.478	303	1.076	–	5.857
Taxa anual média de depreciação - %	5	7	6	–	

11. FORNECEDORES

	2023	2022
Fornecedores de materiais e serviços	310	207
Fretes	1.485	875
	1.795	1.082

O prazo médio de pagamento em 2023 foi de aproximadamente 16 dias (2022 foi de 13 dias).

12. PROVISÃO PARA RISCOS

a) Depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

Os valores apresentados no balanço da Companhia sob as rubricas de depósito judicial (ativo) e provisão para riscos (passivo) são apresentados pelo valor líquido.

	2023	2022
Provisão		
Depósitos judiciais (i)	(573)	(573)
	(573)	(751)

(i) Refere-se substancialmente ao depósito judicial relativo ao processo de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS no valor de R\$ 573 (R\$ 751 em 2022), no qual a Companhia obteve o trânsito em julgado e aguarda a sua liquidação.

b) Riscos Possíveis

Em 31 de dezembro de 2023, os processos cuja probabilidade de perda classificada como possível pelos assessores jurídicos externos é de R\$ 281 (R\$ 284 em 2022) e são de natureza tributária.

Para tais processos não há provisão constituída, conforme estabelecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 05 de maio de 2022, através da 35ª AGE foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$ 2.500.

Em 2023, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 8.409, dividido em 7.647 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, cujo principal acionista, com 99,87% do capital social é a Sirama Participações Societárias Ltda.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Dividendos propostos
Conforme determina o Estatuto Social em vigor e disposição do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 25% do lucro líquido apurado após a constituição de reserva legal. Na 77ª Reunião do Conselho de Administração de 12 de dezembro de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos totais no valor de R\$ 9.500 aos acionistas (R\$ 13.000 em 2022) pagos em 14 de dezembro de 2023.

d) Reserva de retenção de lucros

Refere-se à reserva constituída pela apropriação de lucros da Companhia, conforme previsto em Lei.

14. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido com os montantes utilizados para calcular o lucro por ação:

	2023	2022
Lucro Líquido alocado disponível para os acionistas em milhares de R\$	10.567	10.780
Quantidade de ações ordinárias	7.647	7.647
Lucro por ação - em R\$	1.382	1.410

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

15. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2023	2022
Receita bruta dos serviços prestados de frete	78.345	76.187
(–) Impostos sobre serviços prestados	(6.607)	(6.252)
	71.738	69.935

16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2023	2022
Custo dos serviços prestados		
Gastos com pessoal	7	5
Serviços de frete	34.421	31.956
Combustíveis	18.412	19.998
Depreciação	604	545
Outros custos	2.934	2.630
	56.378	55.134

Despesas gerais e administrativas		
Gastos com pessoal	656	634
Despesas gerais	3	2
Despesas compartilhadas (i)	2.125	1.888
Outras despesas	201	297
	2.985	2.821

(i) Refere-se ao reembolso das despesas corporativas compartilhadas realizadas pela parte relacionada Cia de Cimento Itambé.

17. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2023	2022
Operacionais		
Revenda de materiais	22	15
Recuperação de processos judiciais	–	18
Outras Receitas (Despesas)	(3)	(9)
	19	24

18. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	2023	2022
Rendimentos de aplicações financeiras	957	1.134
Controverso processo BACEN	42	–
Descontos obtidos	13	11
Rendimentos s/títulos	7	6
Variação monetária ativa	20	353
Total de receitas financeiras	1.039	1.504
Variação monetária passiva	(177)	–
Outras despesas financeiras	(48)	(55)
Total de despesas financeiras	(225)	(55)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	814	1.449

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Composição dos saldos de tributos na demonstração do resultado

	2023	2022
Imposto de renda - corrente	1.803	1.793
Contribuição social - corrente	940	929
Despesa de imposto de renda e contribuição social	2.743	2.722

b) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado em 31 de dezembro de 2023 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	2023	2022
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)		
Receita bruta de vendas	78.345	76.187
Lucro presumido de vendas - 8%	6.268	6.095
Receita financeira	1.040	1.181
Base de cálculo para IRPJ	7.308	7.276
Imposto de renda - 15%	1.096	1.091

Dedução adicional IRPJ	(240)	(240)
------------------------	-------	-------

Base de cálculo para o adicional de IRPJ	7.068	7.036
--	-------	-------

Imposto de renda adicional - 10%	707	704
Outros	–	(2)
Total do Imposto de renda pessoa jurídica	1.803	1.793
	2023	2022

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)		
Receita bruta de vendas	78.345	76.187
Lucro presumido de vendas - 12%	9.401	9.142
Receita financeira	1.040	1.181
Base de cálculo para CSLL	10.441	10.323
Contribuição social - 9%	940	929
Total da contribuição social - 9%	940	929
Total do imposto de renda e da contribuição social	2.743	2.722

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos administradores

Aremuneração paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 aos Administradores, Conselheiros e Diretores, totalizou R\$ 507 (R\$ 496 em 2022).

Essa remuneração contempla honorários, participação nos resultados e gratificações. A Companhia não tem dívidas contraídas relativas a planos de pensão ou a outro tipo de remuneração complementar com a Administração.

b) Demais saldos com partes relacionadas

Os demais saldos com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
Contas a receber		
Contas a pagar (i)		
Receita de serviços (ii)		
Contas a receber		
Contas a pagar (i)		
Receita de serviços (ii)		
Cia. de Cimento	2.670	(215)
Itambé	(215)	63.474
	63.474	418
	(179)	57.904

(i) Refere-se ao saldo a pagar do reembolso dos gastos corporativos compartilhados realizados pela coligada Cia de Cimento Itambé.

(ii) Referem-se, principalmente, aos serviços de transportes rodoviários de carga, a qual está apresentada líquida dos impostos sobre vendas. As transações efetuadas em condições definidas entre as partes.

21. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava a apólice de seguro contratada com terceiros conforme segue:

Bem segurado	Riscos cobertos	Limite de indenização</
--------------	-----------------	-------------------------



SITA TRANSPORTE DE CARGAS S.A.

CNPJ nº 78.759.701/0001-04

* continuação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rubens Slaviero Filho
Conselheiro-PresidenteMarcos Dallegrave Góes
Conselheiro
Alexandre Chueri Neto
ConselheiroMaria Lúcia Araújo de Matos
Conselheira
Edson de Araújo Gomes
ConselheiroNelson Luis Slaviero
Conselheiro
Eduardo de Araújo Gomes
ConselheiroSérgio Slaviero
Conselheiro
Emílio Batista Gomes
ConselheiroVirgílio Moreira Filho
Conselheiro
Luiz Vilar de Carvalho
Conselheiro

DIRETORIA

Luís Sérgio Gandolfi
Diretor-SuperintendenteMárcio Ferreira Lobo
DiretorRicardo Corrêa Israel
Diretor

CONTADOR

Jefferson Bednarz Bieh
CRC PR-041380/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Sita Transporte de Cargas S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Sita Transporte de Cargas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sita Transporte de Cargas S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)/CPC para PME (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase**Saldos e transações com partes relacionadas**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras, a qual descreve que a Companhia realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos**Valores correspondentes examinados por outros auditores independentes**

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório, em 21 de março de 2023, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)/CPC para PME (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Otávio Ramos Pereira

Contador

CRC nº 1 RS 057770/O-2

Deloitte.PREFEITURA MUNICIPAL
DE PINHAIS – PARANÁ
Secretaria Municipal de AdministraçãoAviso de Licitação
Pregão Eletrônico nº 044/2024

Objeto: Aquisição Emulsão asfáltica formulada com óleo de xisto. **Tipo de Licitação:** Menor Preço. **Valor Máximo:** R\$ 3.514.134,00. **Data de Início Recebimento das Propostas:** 16/04/2024. **Abertura da Sessão:** dia 30/04/2024, às 09:30 horas (horário oficial de Brasília) no site <http://www.bnc.org.br>. **Edital:** Estará disponível aos interessados, nos sites <http://www.bnc.org.br>, <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e www.pinhais.pr.gov.br link licitações do dia 16/04/2024 ao dia 30/04/2024. **Informações:** poderão ser obtidas nos sites acima relacionados ou pelo email: esmeraldacn@pinhais.pr.gov.br ou pelo telefone (041) 99271-4065, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h. Pinhais, 15/04/2024.

Pregão Eletrônico nº 045/2024
- Sistema de Registro de Preços

Objeto: Aquisição de Material de Consumo e Instrumental Odontológico. **Tipo de Licitação:** Menor Preço. **Valor Máximo:** R\$ 513.515,87. **Data de Início Recebimento das Propostas:** 16/04/2024. **Abertura da Sessão:** dia 29/04/2024, às 09h30min (horário oficial de Brasília) no site www.gov.br/compras - Portal de Compras do Governo Federal. **Edital:** Estará disponível aos interessados, nos sites www.gov.br/compras, <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e www.pinhais.pr.gov.br link licitações do dia 16/04/2024 ao dia 26/04/2024. **Informações:** poderão ser obtidas nos sites acima relacionados ou pelo e-mail: ana.ccarneiro@pinhais.pr.gov.br ou pelo telefone (041) 99268-9054, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h. Pinhais, 15/04/2024.

COMPANHIA DE AUTOMÓVEIS SLAVIERO
CNPJ Nº 76.484.161/0001-60
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a se realizarem no dia 24 de abril de 2024, às 14h00, na sede da empresa localizada à Avenida Iguaçu, 633, em Curitiba (Pr), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Em assembleia geral ordinária:

I - Apreciação e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhado do Relatório dos Auditores independentes;
II - Deliberação sobre a Proposta da Diretoria acerca da destinação do resultado do exercício e a distribuição, ou não, de dividendos;
III - Eleição da Diretoria para o exercício 2024/2025;
IV – Fixação, ou não, dos honorários da Diretoria;
V – Remuneração dos acionistas para os exercícios 2024/2025, pelas seguintes alternativas: na forma de juros sobre capital e/ou dividendos mensais, trimestrais, semestrais, ou ainda, conforme o resultado mensal da empresa e/ou disponibilidade de caixa;

Em assembleia geral extraordinária:

(i) Apreciação da proposta para aumento do capital social com a reserva de lucros, sem a emissão de novas ações, e a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social;
(ii) Deliberar sobre a proposta de aumento do Capital Social da empresa controlada Cia de Veículos Slaviero Ltda.;
(iii) Deliberar sobre a proposta da diretoria para a destinação das ações em tesouraria, a fim de distribuí-las entre os acionistas, de forma proporcional à participação societária;
(iv) Deliberar acerca do encerramento das atividades das filiais 76.484.161/0006-74 e 76.484.161/0003-21;
(v) Deliberar sobre a alteração da razão social da Companhia para **CIA DE INVESTIMENTOS SLAVIERO** e, consequentemente, se aprovada, adequar a redação do artigo 1º do estatuto social, de acordo com a nova razão social;
(vi) Deliberar acerca da alteração do endereço da sede social e a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social;
(vii) Deliberar sobre a alteração do objeto social da companhia e sobre a adequação da redação do artigo 3º do Estatuto Social;
(viii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia, refletindo as alterações promovidas;

Curitiba, 09 de abril de 2024.
Cláudio Gomes Slaviero
- Diretor -PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS DIRETAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕESPREGÃO ELETRÔNICO nº 16/2024
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

Objeto: registro de preços para a eventual aquisição e instalação de Portal Detector de Armas de Fogo e aquisição de Bastão de Detecção de Metal Manual

Data início acolhimento das propostas: 16/04/2024**Data abertura das propostas:** 02/05/2024 às 13:30 h (horário de Brasília/DF)

Local de abertura: o recebimento das propostas e documentos de habilitação se dará exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras>, conforme datas e horários definidos acima.

A íntegra do edital e seus anexos estará à disposição das empresas interessadas nos endereços eletrônicos: <https://www.tjpr.jus.br/editais>, <https://www.gov.br/compras/> (UASG nº 926415) e no PNCP (Portal Nacional das Contratações Públicas) - <https://www.gov.br/pncp/>. Além disso, poderá ser solicitado através do endereço de e-mail licit@tjpr.jus.br. Informações complementares serão fornecidas pela Divisão de Licitações, na Rua Ivo Leão nº 651, através dos telefones (41) 3250-6541 e (41) 3250-6542 ou e-mail licit@tjpr.jus.br.

Curitiba, 15 de abril de 2024.

HERMES RIBEIRO DA FONSECA FILHO
Secretário de Licitações, Contratos e ConvêniosA melhor relação
custo x benefício

PUBLICIDADE LEGAL

3350.6620



ITAMBÉ ENERGÉTICA S.A.

CNPJ nº 03.926.572/0001-94

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil)			
Ativo	Nota	2023	2022
	Explicativa		
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.378	9.603
Contas a receber de clientes	5	2.701	—
Tributos a recuperar	6	191	745
		7.270	10.348
Não circulante			
Tributos a recuperar	6	—	91
		—	91
Imobilizado	7	244	276
		244	276
Total do Ativo		7.514	10.715

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil)					
	Nota	Capital social	Legal	Reservas de lucros	
	Explicativa			Lucros retidos	Lucros acumulados
Em 1º de janeiro de 2022		4.000	800	1.668	—
Lucro líquido do exercício		—	—	—	16.518
Destinação do lucro líquido do exercício					16.518
Dividendos propostos	11.c	—	—	—	(14.900)
Reserva de lucros	11.d	—	—	1.618	(1.618)
Em 31 de dezembro de 2022		4.000	800	3.286	—
Lucro líquido do exercício		—	—	—	16.010
Aumento de capital	11.a	44	—	(44)	—
Destinação do lucro líquido do exercício					—
Reserva legal	11.c	—	9	(9)	—
Dividendos propostos	11.d	—	—	(2.990)	2.990
Reserva de lucros		—	—	—	—
Em 31 de dezembro de 2023		4.044	809	243	5.096

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Contexto Operacional

A Itambé Energética S.A. (a “Companhia”) tem como atividade principal a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação. Iniciou suas atividades em 12 de julho de 2000 e foi autorizada a operar pela Resolução nº 301, de 16 de agosto de 2000, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia mantém contratos de compra e venda de energia elétrica com as empresas Itá Energética S.A., (cuja vigência é até dezembro de 2032), COPEL Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Engie Brasil Energia, Tradener Comercialização de Energia e com a controladora Cia de Cimento Itambé, cujo preço da energia contratada poderá ser reajustado anualmente pelos índices do IPCA e IGP-M. A Companhia é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Curitiba - PR.

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras foi aprovada em reunião de Diretoria em 20 de março de 2024.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000-R1 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09, em consonância com o pronunciamento técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição contrária.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, bem como o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Continuidade operacional

Os Administradores têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.4 Instrumentos financeiros - compensação

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros básicos, conforme definido na seção 11 do CPC PME (R1). Um instrumento financeiro é um contrato que gera um ativo financeiro para uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de dívida para outra entidade.

De acordo com a seção 11 do CPC PME (R1), os seguintes instrumentos financeiros devem ser classificados como instrumentos financeiros básicos:

a) Caixa e equivalentes de caixa.

Apresentado como custo amortizado.

b) Contas a receber e a pagar.

Estão reconhecidos pelo custo amortizado, que se aproxima do valor de mercado em razão de sua natureza de curto prazo.

Reconhecimento

A Companhia reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são mensurados com base no custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

Método da taxa de juros efetiva

Utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto o lucro por ação)			
	Nota	2023	2022
	Explicativa		
Receita com comercialização de energia	13	39.360	40.995
Custo com a comercialização de energia	14	(21.127)	(22.822)
Lucro bruto		18.233	18.173
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	14	(1.668)	(1.398)
Outras receitas, líquidas	15	16	121
Lucro operacional		16.581	16.896
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	16	1.180	1.337
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		17.761	18.233
Imposto de renda e contribuição social	17	(1.751)	(1.715)
Lucro líquido do exercício		16.010	16.518
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	12	11	11
Lucro líquido por ação do capital social no fim do exercício - R\$	12	1.440,53	1.486,23

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto o lucro por ação)			
	Nota	2023	2022
	Explicativa		
Lucro líquido do exercício		16.010	16.518
Outros resultados abrangentes		—	—
Total do resultado abrangente do exercício		16.010	16.518

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil)			
	Nota	2023	2022
	Explicativa		
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		17.761	18.233
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo o caixa			
Depreciação	7	32	22
Atualização monetária de impostos a recuperar	16	(40)	(85)
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(16)	(121)
		17.737	18.049
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	5	(2.685)	2.185
Impostos a recuperar		685	—
Fornecedores	8	(173)	233
Impostos, tributos, encargos e contribuições a recolher		47	(26)
Outras contas a pagar	9	(117)	604
Caixa proveniente das operações		15.496	21.045
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.721)	(1.701)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		13.775	19.344
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	11.c	(19.000)	(14.900)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(19.000)	(14.900)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(5.225)	4.444
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	9.603	5.159
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	4.378	9.603

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

2.13 Novos pronunciamentos ou interpretações técnicas

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do pronunciamento técnico CPC PME (R1) vigentes a partir de 2023 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados.

	2023	2022
	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4.378	9.603
b) Categorias de instrumentos financeiros		
	2023	2022
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	4.378	9.603
	4.378	9.603
Custo amortizado		
Contas a receber	2.701	—
	2.701	—
	7.079	9.603
Passivos conforme o balanço patrimonial		
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	356	529
	356	529

c) Gerenciamento de risco

A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros com a finalidade especulativa.

d) Risco de taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo indexadas ao CDI, as quais estão expostas a flutuações nas taxas de juros. A Companhia não possui contratos de derivativos para se proteger contra esse risco devido à alta liquidez desses instrumentos.

e) Risco de mercado

A Companhia está exposta aos riscos de mercado decorrentes de suas atividades comerciais.

f) Risco de moeda estrangeira

A Companhia não está sujeita a mudanças significativas como resultado dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras.

g) Gestão do risco de liquidez

A Administração da Companhia elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra os detalhes do fluxo de pagamentos dos passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2023:

	2023			
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 2 a 5 anos	Total
Operação	356	—	—	356
Fornecedores				
CDB (Certificado de depósito bancário) (i)	1.855	—		
Fundos de investimento - renda fixa (ii)	39	7.225		
Aplicação saldo conta-corrente (iii)	2.419	2.352		
Conta corrente	65	26		
	4.378	9.603		
				continua ➔



ITAMBÉ ENERGÉTICA S.A.

CNPJ nº 03.926.572/0001-94

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Referem-se, basicamente, a aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, composto, substancialmente, por:

(i) Certificados de depósito bancário foram remunerados à taxa de 102,25% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2023.

(ii) O saldo é composto por Fundos de Investimentos Financeiros - FIF, remunerados à taxa de 108,08% a 119,49% em 2023 (97,97% a 108,05% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(iii) Aplicações saldo conta corrente à taxa de 70% em 2023 (70% em 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em compromissos de terceiros.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Duplicatas a receber	2023	2022
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.709	1.024
	(1.008)	(1.024)
	2.701	—

Os vencimentos das contas a receber são apresentados a seguir:

A vencer	2023	2022
Vencidos há mais de seis meses	2.701	—
	1.008	1.024
	3.709	1.024

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa do contas a receber de clientes da Companhia é a seguinte:

No início do exercício	2023	2022
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.024)	(1.145)
No final do exercício	16	121
	(1.008)	(1.024)

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2023	2022
COFINS	—	420
PIS	—	150
Contribuição social (i)	54	116
Imposto de renda (i)	137	150
	191	836
	191	745
	—	91

(i) Refere-se a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

7. IMOBILIZADO

	Máquinas e equipamentos
Em 31 de dezembro de 2022	
Custo	311
Depreciação acumulada	(35)
Saldo contábil, líquido	276
Em 31 de dezembro de 2023	
Saldo inicial	276
Transferência custo	—
Depreciação	(32)
Saldo contábil, líquido	244
Em 31 de dezembro de 2023	
Custo	311
Depreciação acumulada	(67)
Saldo contábil, líquido	244
Taxa anual média de depreciação - %	10

8. FORNECEDORES

	2023	2022
Fornecedor de energia elétrica	356	529
	356	529

O prazo médio de pagamento em 2023 foi de aproximadamente 16 dias (2022 foi de 13 dias).

9. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2023	2022
Compra de energia elétrica	1.571	1.688
	1.571	1.688

10. PROVISÃO PARA RISCOS

A Administração, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas decorrentes de processos em virtude de ser remota ou possível a possibilidade de ocorrência de qualquer desembolso. Em 31 de dezembro de 2023, os processos cujas probabilidades de perdas são classificadas como possível pelos assessores jurídicos externos, somam R\$ 156 (R\$ 156 em 2022) e são de natureza tributária.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
Conforme 23ª Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2023 foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 44 mediante a capitalização de parte das reservas de lucros, passando de R\$ 4.000 para R\$ 4.044, composto de 11.114 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, tendo a Cia. de Cimento Itambé 100% do capital social da Companhia.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Dividendos propostos

Aos acionistas são destinados dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, conforme determina o Estatuto Social em vigor e disposição do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Na 36ª Reunião do Conselho de Administração de 12 de dezembro de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos totais no valor de R\$ 19.000 (R\$ 14.900 em 2022) pagos em 14 de dezembro de 2023.

d) Reserva de lucros

Refere-se à reserva constituída pela apropriação de lucros remanescentes da Companhia após as destinações, conforme previsto em Lei.

12. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido com os montantes utilizados para calcular o lucro por ação:

	2023	2022
Lucro Líquido alocado disponível para os acionistas em milhares de R\$	16.010	16.518
Quantidade de ações ordinárias	11.114	11.114
Lucro por ação - em R\$	1.441	1.486

13. RECEITA COM COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

	2023	2022
Receita bruta de venda de energia	40.851	42.548
(-) Impostos sobre comercialização de energia	(1.419)	(1.553)
	39.360	40.995

14. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2023	2022
Custos com a comercialização de energia	(20.780)	(22.501)
Salários e encargos sociais	(651)	(634)
Serviços de terceiros	(295)	(192)
Depreciação	(32)	(22)
Custos compartilhados (i)	(315)	(291)
Outras receitas (despesas) gerais	(722)	(580)
	(22.795)	(24.220)
Custos com a comercialização de energia	(21.127)	(22.822)
Despesas compartilhadas (i)	(628)	(542)
Despesas gerais e administrativas	(1.040)	(856)
	(22.795)	(24.220)

(i) Refere-se ao reembolso das despesas corporativas compartilhadas realizadas pela parte relacionada Cia. de Cimento Itambé.

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

15. OUTRAS RECEITAS, LÍQUIDAS

	2023	2022
Operacionais		
Recuperação de créditos de liquidação duvidosa	16	121
	16	121

16. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.246	1.258
Atualização monetária de impostos a recuperar	40	85
Despesas financeiras	(106)	(6)
	1.180	1.337

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2023	2022
Imposto de renda pessoa jurídica	(1.130)	(1.142)
Contribuição social de pessoa jurídica	(621)	(573)
	(1.751)	(1.715)
	2023	2022

Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)		
Receita bruta de vendas	40.851	42.548
Lucro presumido vendas - 8%	3.268	3.404
Receita financeira	1.249	1.258
Base de cálculo para IRPJ	4.517	4.662
Imposto de renda - 15%	678	699
Imposto de renda adicional - 10%	428	442
Outros	25	—
Total do imposto de renda pessoa jurídica	1.130	1.142
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)		
Receita bruta de vendas	40.851	42.548
Lucro presumido vendas - 12%	4.902	5.106
Receita financeira	1.249	1.258
Base de cálculo para CSLL	6.151	6.364
Contribuição social - 9%	554	573
Outros	67	—
Total da contribuição social - 9%	621	573
Total do imposto de renda e da contribuição social	1.751	1.715

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal-chave da Administração
A remuneração paga aos Conselheiros e Diretores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, totalizou R\$ 505 (R\$ 496 em 2022).
Compra de energia elétrica
As operações com compra de energia elétrica entre partes relacionadas no exercício de 2023 foi de R\$ 2.629 (R\$ 2.629 em 2022).

	2023	2022
Itá Energética S.A. (i)	2.629	2.629
	2.629	2.629

(i) Refere-se à compra de energia elétrica pela Companhia ao preço e prazo estabelecidos com a Itá Energética.
Venda de energia elétrica
As operações com venda de energia elétrica entre partes relacionadas no exercício de 2023 foi de R\$ 39.159 (R\$ 40.995 em 2022).

	2023	2022
Cia. de Cimento Itambé (i)	39.159	40.995
	39.159	40.995

(i) Refere-se à venda de energia elétrica para a Cia. de Cimento Itambé em condições definidas entre as partes.

Rateio de despesas administrativas
Refere-se ao reembolso dos gastos corporativos compartilhados realizados pela Controladora Cia. de Cimento Itambé em 2023 no valor de R\$ 943 (R\$ 833 em 2022).

Saldo do fim do exercício, decorrentes de operações com partes relacionadas		
Contas a receber de partes relacionadas	2023	2022
Cia. de Cimento Itambé - Venda de energia elétrica	2.701	—
	2.701	—

Contas a pagar de partes relacionadas	2023	2022
Itá Energética S.A. - Compra de energia elétrica	1.571	1.688
	1.571	1.688

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Elizabeth Araújo Slaviero Conselheira-Presidente	Rosângela de Araújo Berneck Conselheira	Rubens Slaviero Filho Conselheiro	Selma Cristina Moreira Malucelli Conselheira	Sérgio Slaviero Conselheiro	Thais Araújo Gomes Caleme Conselheira
	Alexandre Chueri Neto Conselheiro	Cláudio Gomes Slaviero Conselheiro	Edy Gomes Cassemiro Conselheira	Luiz Vilar de Carvalho Conselheiro	Nelson Luis Slaviero Conselheiro

DIRETORIA

Luís Sergio Gandolfi Diretor-Superintendente	Fábio Luiz Monteiro Garcia Diretor	Rodrigo Pereira Dias Diretor	Jefferson Bednarz Biehl CRC PR-041380/O-2
---	---------------------------------------	---------------------------------	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Itambé Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Itambé Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itambé Energética S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)/CPC para PME (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Saldo e transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, a qual descreve que a Companhia realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes examinados por outros auditores independentes

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório, em 21 de março de 2023, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)/CPC para PME (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Otávio Ramos Pereira

Contador
CRC nº 1 RS 057770/O-2

Deloitte.